

# Governança Ambiental Municipal na região costeira do rio São Francisco

5 e 6 de dezembro de 2023

IFAL - Penedo/AL



Realização:



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



Parcerias:



Apoio



# RELATORIA

PENEDO, DEZEMBRO DE 2023

# APRESENTAÇÃO

A Fundação Joaquim Nabuco, por meio da sua Diretoria de Pesquisas, em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) campus Penedo, desenvolve a pesquisa Participação e Governança Ambiental Municipal: territórios costeiros. O conceito de governança engloba a sociedade na totalidade, não se restringindo ao poder do Estado. Esse conceito nasce em 1992 no Banco Mundial e vem sendo utilizado desde então tanto no setor público quanto no privado. Aqui ressaltamos que o meio ambiente, por suas características de recurso “comum” (Ostrom, 1989) incita um olhar difuso, por toda a sociedade. Assumimos então que a capacidade governativa para o meio ambiente conta também com a ação da sociedade civil organizada e como o governo exerce seu poder na implementação de ações que visem a conservação ambiental e um desenvolvimento sustentável.

A pesquisa “PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA AMBIENTAL MUNICIPAL: territórios costeiros” tem o objetivo de estudar a governança ambiental em municípios costeiros do Nordeste, tendo sido a região do São Francisco seu projeto-piloto. Nesse sentido foram visitados os municípios de Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande e Neópolis em Sergipe e Penedo, Piaçabuçu e Feliz Deserto em Alagoas em 2022.

Visando divulgar e discutir resultados da pesquisa, assim como fomentar o diálogo entre os diversos atores locais envolvidos na gestão ambiental, a Fundaj e seus parceiros organizaram o Seminário “Governança Ambiental Municipal na região costeira do rio São Francisco”, realizado na sede do IFAL em Penedo-AL, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2023. Esse Relatório foi organizado de forma a sistematizar e registrar as palestras e discussões realizadas no evento, apresentação de resultados da Fundaj, bem como a construção de propostas que surgiram nos trabalhos em grupo. Ele, juntamente com o Boletim de resultados parciais construído pela equipe do projeto, entrega temáticas ambientais atuais e necessárias à região do São Francisco.

Esperamos contribuir para o diálogo já existente na região em relação à governança ambiental.

**Comissão da relatoria do Seminário:**

**Maira Egito – IFAL Penedo (coordenadora)**

**Emilly de Jesus Santos – Técnica em Meio Ambiente/IFAL**

**Renatha Lima da Silva – UFAL**

**Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago – PIBIC/FUNDAJ**

**Revisão Final: Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira**

Fundação  
Joaquim  
Nabuco



## RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

*Homenagem da  
Fundação Joaquim Nabuco  
a Toinho Pescador*



### O RIO NASCE CRIANÇA

O rio nasce uma criança, desce crescendo até o mar encontrar  
Chão de tantas riquezas para sua população criar  
Povo, animal, siva, árvore e passarinhos  
Estavam sempre a esperar  
Pelas cheias periódicas que  
A partir de outubro eram costume chegar  
Estas cheias eram uma riqueza para os peixes desovar.

Eram formadas de chuvas que caíam no sertão  
Aonde tinha o cerrado e grandes matas,  
Por isso não havia "assoreação"  
Enchendo lagoas e várzeas, de areia matéria grande Orgânica da criação  
As águas vinham adubadas  
de matéria orgânica da criação  
Enchendo lagoas e várzeas, era grande a produção  
Gerando muitos empregos para toda população.

28 de setembro de 2022

### TOINHO PESCADOR

Antônio Gomes dos Santos



## PARTICIPANTES E RESPONSÁVEIS - EVENTO-

### Comissão organizadora do evento:

- Dra. Beatriz Mesquita – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
- Dra. Edneida Cavalcanti – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
- Dra. Verônica Soares Fernandes - Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
- Msc. Maira Egito – Instituto Federal de Alagoas (IFAL)
- Dra. Simone Ferreira Teixeira – Universidade de Pernambuco (UPE)

### Colaboradores:

- Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago (PIBIC/FUNDAJ)
- Pedro Paulo Lira Filho (PIBIC/UPE)
- Silas Lima da Silva (Estagiário FUNDAJ/UFPE)
- Luana Xavier Sampaio Alves (Estagiário FUNDAJ/UPE)

### Relatores:

- Emilly de Jesus Santos (Técnica em Meio Ambiente/IFAL)
- Renatha Lima da Silva (UFAL)
- Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago (PIBIC/FUNDAJ)
- Msc. Maira Egito (Coordenação da relatoria/IFAL)

### Monitoria:

- David Calyel Dos Santos Silva (IFAL)
- Jhenison Estácio Rocha (IFAL)
- Laiane Vieira dos Santos (IFAL)
- Mariana Moreira de Oliveira (IFAL)
- Miguel Gama Santos Silva (IFAL)
- Rayssa Rodrigues Santos (IFAL)

### Palestrantes:

- Prof. Dr. Cláudio Sampaio – Universidade Federal de Alagoas
- Profª Dra. Estela Costa Neves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Msc. Luis Marcelo Marcondes Pinto - Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente
- Dra. Verônica Soares Fernandes - Fundação Joaquim Nabuco
- Maira Egito Alves de Lima – Instituto Federal de Alagoas
- Prof. Dra. Simone Ferreira Teixeira – Universidade de Pernambuco
- Pedro Lira Filho – Universidade de Pernambuco
- Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa – Fundação Joaquim Nabuco
- José Maciel Nunes de Oliveira – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
- Profº Dr. José Vieira Silva – Universidade Federal de Alagoas
- Profº Dr. Igor da Mata Oliveira – Universidade Federal de Alagoas
- Dra. Luciana Khoury – Ministério Público da Bahia
- Dilmar Ribeiro Dourado - Ministério Público da Bahia

### Homenageado:

- Antônio Gomes dos Santos (Toinho pescador) – *in memoriam*  
Representado pela neta Cíntia Cristina Santos Fontes

### **Instituições presentes:**

- Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj
- Instituto Federal de Alagoas campus Penedo
- Universidade Federal de Alagoas- UFAL
- Universidade de Pernambuco-UPE
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- ANAMMA
- Codevasf
- Emater Baixo São Francisco
- Prefeitura Municipal Brejo Grande - SE
- Prefeitura Municipal de Piaçabuçu - AL
- Prefeitura Municipal de Ilha das Flores - SE
- Prefeitura Municipal Feliz Deserto - AL
- Prefeitura de Neópolis - SE
- Prefeitura de Penedo - AL
- Prefeitura municipal de igreja nova - AL
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH de Penedo
- Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Neópolis - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Neópolis
- Associação Quilombola (Turismo de Base Comunitária)
- Associação dos artesãos de feliz Deserto
- Associação de Jovens Recicladores Rurais Leilton da Conceição Santos - Alecons
- Associação de pescadores Sd São Francisco
- Colônia de pescadores de Pacatuba-SE
- Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu - AITP - Piaçabuçu
- Aterro de Quilombola de Penedo
- Secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca de Igreja Nova
- Colônia de pescadores z 37 de feliz deserto
- Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto
- Unicesumar

### **Componentes das Mesas:**

- João Marcos Gomes dos Santos
- Fernanda Fróes
- Jackson Larry Gonçalves
- Janeildes da conceição dos santos Sales melo
- Edneide Silva dos Santos
- Eulalia Cely Silva Calumbi
- Barbara Cristina Simões Dantas
- Ícaro Freire Bento
- Renato Adriano Ramalho Santos
- Lenivalda Pinheiro Santos
- João Paulo dos Santos Souza
- Luiz Martins dos Santos

### **Dia 05/12/2023 (terça-feira)**

Às 8h30 da manhã o evento foi iniciado com credenciamento e inscrições de participantes. Dentre os 145 credenciados, estavam presentes entidades de 8 municípios (Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, Feliz Deserto, Neópolis, Brejo Grande, Pacatuba e Ilha das Flores), representando o poder público e a sociedade civil.

A **Professora Maira Egito** (IFAL Campus Penedo), deu as boas-vindas, destacando a importância do momento para o fortalecimento da temática ambiental e criação de políticas públicas eficientes para a região. Por fim, convidou o Grupo Musical ArtIFAL para apresentação musical de abertura.

A mestre de cerimônia (MC) **Edneida Cavalcanti** (FUNDAJ) saudou os presentes, e apresentou a Fundaj e sua função na instituição. Descreveu os objetivos da pesquisa e do evento “Seminário Governança Ambiental Municipal na Região Costeira do Rio São Francisco”. Refletiu sobre a importância de se desenvolver a respectiva pesquisa e divulgar seus resultados para a comunidade, lembrando os quatro anos da gestão federal passados e as dificuldades para manutenção do crescimento de conhecimento. Também mencionou os municípios componentes da pesquisa que foram convidados para o evento: Piaçabuçu, Feliz Deserto, Penedo, Pacatuba, Ilha das Flores, Neópolis e Brejo Grande. A pesquisadora também apresentou a lista de palestrantes do dia, coordenação, colaboradores e relatores.

Fez a composição da mesa de abertura.

- Felipe Thiago – Diretor Geral do IFAL – Campus Penedo;
- Eugênio Basto Costa – Diretor de Pesquisa e Inovação da Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Alagoas IFAL;
- Beatriz Mesquita – Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e coordenadora do projeto PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA AMBIENTAL MUNICIPAL: territórios costeiros;
- Fernanda Fróes- Prefeitura de Penedo – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Marçal Cavalcanti - Presidente da ANAMMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (biênio 2022-2024) e atual Secretário de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária, Pesca e Ciências e Tecnologia de Pilar/Alagoas;
- José Maciel Nunes de Oliveira – Presidente do Comitê de Bacia do Rio São Francisco - CBHSF;
- Antenor Nerys – Representando a sociedade civil. Movimento ecológico filhos do Velho Chico - o Pirá.

**Felipe Thiago** (Diretor Geral do IFAL- Campus Penedo) saudou o público e ressaltou a importância da pesquisa “PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA AMBIENTAL MUNICIPAL: territórios costeiros” para a comunidade presente e do objetivo alcançado, quebrar barreiras através da parceria feita com a Fundaj.

**Antenor Nerys** (Representando a sociedade civil - Movimento ecológico filhos do Velho Chico - o Pirá.) deu as boas-vindas aos presentes.

**Marçal Cavalcanti** (Presidente da ANAMMA) fez fala inicial descritiva para pessoas deficientes visuais, apresentou todas as organizações das quais ele participa, falou sobre o momento de reconstrução das políticas ambientais, citou a situação das mudanças climáticas já presentes no mundo e no cotidiano dos seres humanos em proporções globais, com também a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP), em andamento na semana do evento. Destacou o enfrentamento da seca pela Amazônia e de enchentes pelo Rio Grande do Sul, enfatizou o dever da geração atual e da prática da governança como ferramentas responsáveis por zelar pelas futuras gerações; incluiu os estudantes no diálogo.

**Fernanda Fróes** (SEMARH Penedo) saudou a todos os presentes, e em nome do secretário ressaltou a satisfação em está presente em eventos como esse, em um cenário tão difícil para as questões ambientais, em que tenta-se encontrar caminhos para evitar o colapso. Por fim, agradeceu o convite em nome da secretaria.

**Eugênio Basto** (Diretor PRPPI/IFAL) saudou a todos presentes, parabenizou a Fundaj e o IFAL - Campus Penedo pela realização do evento e reforçou a importância de se abordar a temática da governança ambiental no país. Destacou todos os pontos de cunho ambiental em repercussão no Brasil atualmente e a iminente necessidade de se discutir temas como esse, destacando a participação do IFAL em parceria com outras instituições sobre a temática no eixo da pesquisa e da inovação.

**Beatriz Mesquita** (FUNDAJ) saudou a todos presentes, agradeceu a confiança depositada na instituição, ao público e a mesa que permitiram a realização do primeiro evento vinculado à pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), ressaltou as dificuldades para realização de eventos como esse, destacou a importância das parcerias como forma de fortalecimento, lembrou que a ideia da pesquisa nasceu em um cenário controverso, a Pandemia do Covid-19, pensada para ser, a princípio, realizada de forma online, mas ganhou maior proporção, tendo 53 municípios costeiros do Nordeste selecionados como amostra, sendo a região de São Francisco escolhida como projeto piloto devido a grande importância ambiental que o território possui. Finalizou destacando a satisfação em realizar a pesquisa, os possíveis benefícios futuros que a mesma pode oferecer e quão importante é trabalhar temáticas como meio ambiente e governança, indagando qual o papel do município nessa questão. Por fim, agradece a todos.

**Edneida Cavalcanti** (FUNDAJ) tornou a comandar a fala e salientou que não há tempo para apresentações detalhadas. Por isso, pediu para que a comunidade sergipana e alagoana presente se levantasse para que fosse possível visualizar a comunidade da área de estudo da pesquisa.

**Beatriz Mesquita** (FUNDAJ) retomou a fala, e fez uma homenagem em memória a Sr. Toinho Pescador, Antônio Gomes dos Santos, destacando a sua participação em eventos da Fundaj, seu carisma, talento e luta, relembra também suas visitas a Fundaj e sua relação com a instituição, em seguida convida **Cíntia Cristina Santos Fontes**, neta do pescador, para o palco e entrega-lhe uma réplica de um banner que deverá compor a biblioteca do IFAL como forma de homenagem e divulgação da pessoa de Sr. Toinho.

**Cíntia Cristina Santos Fontes**, primeira neta de Sr. Toinho pescador e moradora da região ribeirinha, relembrou as histórias contadas pelo seu avô, Antônio Gomes dos Santos (conhecido também como Sr. Toinho), sobre pesquisas realizadas no local e a conexão do mesmo em relação aos conhecimentos do Rio São Francisco. Fez também uma leitura do poema do livro “Pescando a Cidadania”, cuja autoria é de Sr. Toinho.



## CONFERÊNCIA DE ABERTURA – O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO COSTEIRA DO SÃO FRANCISCO: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

**COORDENAÇÃO:** Beatriz Mesquita (FUNDAJ)

**Prof. Dr. Claudio Sampaio (UFAL-Penedo)**

Saudou a todos presentes, agradeceu o convite e destacou sua satisfação em residir na região há treze anos. Ressaltou como é grande a responsabilidade de tratar sobre a temática do meio ambiente, principalmente na região da Bacia do Rio São Francisco, em virtude da sua riqueza. Iniciou sua fala realizando uma indagação ao público presente, “Qual animal vocês conhecem?”, poucos souberam qual animal se referia a primeira imagem que mostrou em seu slide, sendo essa do pirá, *Conorhynchos conirostris*, um peixe que é exclusivo do rio São Francisco, símbolo da região e poucos conhecem. No entanto, já a representação da segunda imagem, a maioria do público presente reconheceu de forma imediata, uma baleia-jubarte, *Megaptera novaeangliae*.

Diante disso, fez uma reflexão sobre o baixo valor dado à biodiversidade local, visto que enquanto ninguém conhece o pirá, um peixe nativo, a maioria conhece a baleia-jubarte, uma espécie migratória. Deu destaque às embarcações, componentes da cultura local, que se encontram em desuso devido à desvalorização, seguiram instigando sobre a grandeza do Baixo São Francisco, pôs em evidência, por meio de imagens rupestres, que desde a pré-história, a importância do Rio São Francisco era visualizada pelas populações humanas, contudo nos dias de hoje, muitas vezes, é pouco valorizada. Chamou a atenção dos moradores locais para a presença de alguns animais na região do Rio São Francisco, como “o boto cinza”, uma ave “marreca”, o peixe “robalo” e a “capivara” que dependem do rio.

Além disso, ressaltou a importância dos pescadores das regiões ribeirinhas, e o cenário contraditório em que eles possuem pouca participação nas discussões atuais sobre meio ambiente e não tem espaço ou não são representados da forma como deveriam nesses ambientes, como por exemplo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Penedo. Falou sobre a fauna migratória que visita a costa, aves vindas da Alemanha, de Portugal e da Inglaterra e sobre as tartarugas que passaram pela costa e chegaram até uma ilha inglesa. Revelou também o registro de 20 baleias jubartes, sendo 6 filhotes, em 4 horas de navegação no litoral sul alagoano e o interesse e a repercussão despertados nas pessoas da região em virtude disso, inclusive, gerentes de bancos demonstraram interesse em promover financiamentos nas áreas de turismo de observação de cetáceos.

Em seguida, mostrou uma gravação do som emitido pelas baleias jubartes (apenas machos cantam para atrair as fêmeas) enquanto realizava a pesquisa com equipe da UFAL Penedo. Mostrou também o impacto negativo das ações antrópicas desde a presença de uma espécie exótica invasora, o mexilhão dourado, *Limnoperna fortunei*, até o impacto do turismo nas praias, por meio de uma imagem contendo o mexilhão dourado incrustado no óculo deixado por algum turista na faixa de areia, intimidando esses atores como “turistas indesejados”, fortes contribuintes do acúmulo de lixo encontrado nos ambientes marinhos Alagoanos. Falou também sobre o peixe tucunaré, *Cichla ocellaris*, exótico, muitas vezes confundido como espécie nativa.

Mencionou a pesca esportiva como atrativo turístico do Baixo São Francisco e o interesse dos pescadores em desenvolver turismo de base comunitária, a biodiversidade nativa, os eventos migratórios humanos na região, os desafios do desenvolvimento, da pesca e do turismo. Apresentou dados que comprovam problemas como poluição no rio, no âmbito de resíduos sólidos e microplásticos, alertou sobre o uso insustentável da água e afirmou que em breve não haverá água suficiente para diluir a quantidade de esgoto produzido e lançado pelas cidades ribeirinhas.

Ressaltou que, diante da situação, se faz necessário a presença de programas para solucionar as questões de saneamento, chamou a atenção para a responsabilidade governamental e a comunidade



local. Por fim, enfatizou a necessidade de se criar Unidades de Conservação (UCs) a fim de garantir o pescado e a dignidade para os pescadores tradicionais.

## **PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS**

- Destaca a importância de alocar os pescadores como debatedores em eventos;
- Os pescadores estão interessados em desenvolver turismo de base comunitária;
- Os Donos de Banco têm interesse em desenvolver financiamentos nas áreas de monitoramentos de cetáceos;
- É necessário o desenvolvimento de Programas de gestão;
- Meio ambiente é cidadania;
- Como atrair o turismo, se o morador da localidade não apresenta qualidade de vida;
- Crescimento dos desertos recifais;
- É necessário a valorização da biodiversidade nativa;
- Necessário olhar para as modificações humanas (eventos migratórios) em virtude das mudanças no ambiente;
- Combate às mudanças climáticas;
- Desafios da manutenção do desenvolvimento, da pesca e do turismo nesses territórios e em contrapartida o estabelecimento da conservação ambiental;
- A Pesca esportiva com duas faces, ora benéfica ora maléfica;
- Falta de chuva e a crise hídrica;
- Não há desenvolvimento sem água, cerca de  $\frac{2}{3}$  do rio abastece as cidades circunvizinhas;
- Problemas ecológicos reverberam em questões econômicas e sociais;
- Microplásticos no Rio São Francisco são direcionados aos oceanos, fruto da má gestão nas três esferas de ação do povo;
- Tendência de redução da vazão do rio, logo, sem água não é possível diluir o esgoto, dessa forma, este cada vez é despejado mais concentrado nos oceanos;
- Ligação antiga com o rio, desde a pré-história, ou seja, estamos intrinsecamente ligados a ele.

## **MESA 1 - GOVERNANÇA AMBIENTAL MUNICIPAL**

**COORDENAÇÃO:** Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)

**Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)**

Deu início a mesa frisando a importância e abrangência da discussão em torno da temática governança e gestão ambiental. Convidou os professores Dra. Estrela Costa Neves (INCT-PPED-UFRRJ) e Luiz Marcelo Marcondes Pinto (ANAMMA) para compor a mesa fazendo breve introdução sobre formação e área de atuação de ambos.

**Estrela Costa Neves (INCT-PPED-UFRRJ)**

Saudou a todos presentes, agradeceu a oportunidade dada pelo evento para compartilhar os resultados do trabalho e trocar saberes. Deu início a discussão sobre o tema “O papel do município na governança ambiental” descrevendo os desafios ambientais no Brasil como um problema de política pública retorcido (*wicked* em inglês), ou seja, difícil de ser resolvido. Destacou que a temática do meio ambiente está em pauta pelas três esferas, ressaltando o papel do município que desde a Constituição de 1988 está apto a prover funções de bem-estar em mesmo nível que o poder do Estado e da União, sendo dele a responsabilidade de cumprir as pendências relativas às competências implícitas à lei. A defesa ambiental é uma competência compartilhada entre União, Estados e

Municípios, e deve trabalhar junto com uma lei complementar que estabeleça as condições de compartilhamento entre as esferas de poder, como a exemplo a lei 140/2011 que apesar de ser um avanço nas diretrizes ambientais, é incompleta, já que não informa de onde devem vir os recursos financeiros, sendo, portanto, incipiente. Municípios e Estados possuem poder de gerir assuntos (autonomia), porém, nem sempre possuem autossuficiência, e isso está atrelado a falta de pessoal (abertura de concursos), recursos financeiros, incentivos, dentre outros.

O Brasil é um país com muitas disparidades e entre os municípios não seria diferente, logo, sendo esperado que os interesses variem quanto à localidade, tempo e cultura. É essencial que a equipe municipal esteja preparada, através do estudo formal e a valorização do conhecimento não formal das comunidades. Citou como exemplo de temática ambiental retorcida e papel do município na governança ambiental a questão da água, que é englobada por uma diversidade de instituições e distribuição de responsabilidades em sua gestão. Para complementar, a Constituição Federal não orienta em significativa proporção como deve ser feita a gestão desse bem de domínio público, desse modo, há diferenças em sua gestão ao longo do país. A Política Ambiental deve ser vinculada em todas as instâncias legislativas e executivas, não deve ser algo apenas de secretaria de meio ambiente. A União, os Estados e os Municípios dividem as tarefas quanto às responsabilidades da governança da água, sendo suas competências compartilhadas. Contudo, existem demandas que se restringem ao município, cujo papel é único, singular e essencial e se este não agir, as demais instâncias não irão interferir, logo, os municípios precisam investir em alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável nacional.

### **Luiz Marcelo Marcondes Pinto (ANAMMA)**

Saudou a todos presentes, demonstrando satisfação em estar no evento, e confessou o grande desafio que foi falar sobre a temática e correlacionar com a agenda 20/30 da Organização das Nações Unidas (ONU) que contém os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reforçou a fala da Dr<sup>a</sup> Estela ao mencionar que a população reside nos municípios por isso existe uma necessidade de fortalecê-los, ressalta os grandes eventos ambientalistas que acontecem no mundo e a iminente ocorrência da ACOP no Brasil. A Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA) é a maior governança ambientalista no Brasil e busca o fortalecimento da governança ambiental local através do envolvimento com parcerias para levar engajamento aos municípios, como forma de vencer os desafios que surgem por todos os lados.

A ANAMMA é uma associação signatária fundada em Curitiba no ano de 1988 com seis representações titulares no Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, além de integrar os principais movimentos e fundos e conta com parcerias como a União Europeia, Giz e outros organismos internacionais, o atual Presidente Nacional é Marçal Cavalcanti, Secretário de Meio Ambiente de Pilar/AL, em 2021 foi criado o Instituto Nacional Socioambiental de Educação – Instituto ANAMMA que é dedicado à formação complementar e a Educação Superior, nas atividades de ensino, de extensão, de pesquisa e de inovação o instituto se utiliza o método PBL - Problem Based Learning - aprendizagem baseada em problemas uma estratégia didático-pedagógica centrada no ‘aluno’ que tem sido aplicada em diversas unidades de ensino nos últimos 30 anos. Frisou também que o meio ambiente é direito do brasileiro presente na constituição, mesmo que não seja um servidor público, participação e engajamento não depende apenas da presença como servidor, mas atitudes simples, como o descarte correto dos resíduos. Todos têm direito a cidades mais justas e igualitárias, como cidades sustentáveis, mas é preciso engajamento, sendo a eleição uma forma de participação da sociedade civil, a escolha dos representantes políticos, e deles devem ser cobrados os direitos indivisíveis quanto ao meio ambiente. Sensibilizar sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável, o qual todos temos obrigação de nos comprometermos, porém, a implementação cabe aos governos através de políticas públicas.

Trouxe exemplificação do trabalho da ANAMMA de mapeamento por ODS que é capaz de identificar o risco de aumento de incidência de doenças devido a mudanças climáticas.

## **PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS PELOS PALESTRANTES:**

- Não moramos na União, nem nos Estados, mas sim em municípios;
- Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Constituição;
- Responsabilidades atreladas aos municípios no que diz respeito ao cumprimento das leis. O município, ente federativo, é responsável pelas funções de bem-estar, tem poder de legislar e de executar;
- Defesa ambiental, competência compartilhada entre União, Estado e Municípios sob um regime de cooperação, vê-se a importância dos sistemas compartilhados;
- Há falhas na Lei 140/2011;
- A Governança da água possui bases de sustentação na Constituição Federal de 1988, visto que estabelece que a água é um bem de domínio público, estabelece competências governamentais, é um bem para consumo humano, água e segurança hídrica, água (bem ambiental), insumo para atividades de serviços, e água como objetivos de direito; há ausência de orientação na Constituição Federal de 1988 em significativa proporção de como deve ser feita a gestão da água;
- Falta de autonomia dos municípios;
- Não se pode defender o meio ambiente sozinho, mas sim, em conjunto/parcerias com o Poder Público e a sociedade civil (Estados e Municípios);
- Melhores e maiores investimentos em parcerias para que os municípios possam assumir, da maneira certa, as funções que foram conferidas a eles;
- O direito de todo brasileiro ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como é determinado na Constituição Federal do Brasil;
- Atitudes simples do dia a dia são fundamentais para que haja grandes impactos positivos no meio ambiente
- A importância da eleição como uma forma de participação da sociedade civil nas questões referentes ao campo ambiental;
- A cobrança que deve ser feita aos representantes políticos sobre os direitos indivisíveis quanto ao meio ambiente;
- A importância do sistema de mapeamento para os assuntos/problemas meio ambiente.
- ANAMMA firmou parcerias
- Os municípios precisam ser fortalecidos;
- Modelos de Cidades Sustentáveis devem ser aplicados;
- Discrepância climáticas ao longo de todo território nacional;
- Como as políticas públicas são aplicadas?
- Importância de escolher bons governantes municipais para o equilíbrio ambiental do território (município);
- Saúde, educação e assistência social, dentre outras, culminam para nas questões ambientais, e mudanças climáticas;
- ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Todos têm a obrigação de estarem engajados em seu cumprimento, mas, é responsabilidade do governo sua implementação;
- Risco de aumento de incidências de doenças relacionadas às mudanças climáticas.

## DEBATE: ABERTURA PARA PERGUNTAS/RESPOSTAS

### 1) **Icaro Freire** (Brejo Grande) - Pergunta à Estela Costa

Existem leis ambientais estaduais e como o município se encaixa nessas questões? Como o município pode atuar nas políticas de licenciamento?

Resposta: **Estela Costa Neves** - Municípios assumiram responsabilidade, mas não possuem ferramentas necessárias para enfrentar grandes corporações, os conselhos estaduais definem o que é prioridade. Encontrar situações diversas de acordo com a relação do município e estado, em alguns casos haverá sobreposição do estado sobre o município. Muitos municípios fogem do confronto direto e se escondem atrás do guarda-chuva do Estado. A atuação precisa ser de acordo com a realidade dos municípios. **Marcondes** - O município é responsável pelo local, municípios menores consorciam com outros municípios, podendo licenciar uns pelos outros, os que têm menos estrutura e os que têm mais.

### 2) **Luiz Martins** (Neópolis- SE) - Pergunta a Marcelo Marcondes

Os municípios em sua maioria não têm esgotamento sanitário, como o Rio São Francisco, o que o município poderia fazer para amenizar esse agravante das questões ambientais no Rio São Francisco?

Resposta: **Marcondes** - Votar de forma consciente e cobrar das autoridades, vale destacar que estas dependem dos recursos humanos e financeiros para a execução de atividades que beneficiem as questões ambientais, logo, falta a própria captação e organização.

### 3) **Maira Egito** (IFAL) - Pergunta a Marcelo Marcondes

Gostaria de compreender melhor a atuação da ANAMMA.

Resposta: **Marcondes** - A ANAMMA dá todo apoio ao município, ou seja, dar apoio técnico e serve para instrumentalizar os municípios, como apoio ao desenvolvimento do conhecimento científico. A ANAMMA está aberta e apta para receber e publicar artigos científicos.

### 4) **Beatriz Mesquita** (FUNDAJ): Qual o papel da sociedade civil na governança ambiental?

Além das associações apresentadas pela mesa, como por exemplo comunidades de pescadores?

Resposta: **Estela** - A política ambiental não funciona sem a sociedade civil e ela deve estar atenta pois os governantes não conseguem realizar nada sem apoio da população. A lei prevê audiências públicas, conselhos que devem existir e devem ser paritários, é necessário a atuação da sociedade civil organizada como instigadora da atuação dos representantes políticos. É fundamental que gestor ambiental saiba que a aliança com a comunidade é constitutiva.

### 5) **Edneida Cavalcanti** (FUNDAJ) - Pergunta a ambos

Vocês falaram das grandes atuações, mas não ficou claro de onde provêm tais fundos/recursos financeiros, tendo em vista que muitos municípios não conhecem? Qual seria o papel da ANAMMA nesse cenário?

Respostas: **Estela**: Dinheiro velho é disputa livre entre aqueles que não tem recursos provenientes da educação e depende do montante de recursos mínimos, municípios mais pobres possuem mais recursos livres, recursos financeiros que não veem carimbados, então, cabe a cada município estar atento, varia de acordo com a realidade de cada município, projeto por projeto são financiados individualmente. Controle ambiental feito com dinheiro de custeio.

**Maciel (Presidente da ANAMMA)**: Financiado com compensação do pagador, existe uma lei e municípios como Maceió serão equipados através de cursos para receber um financiamento com taxa mensal. A política do Poluidor-Pagador com taxa legislação municipal, montaram a indicação da tripartite, o estado indica dois membros, a nação, ICMBio e o IBAMA e a ANAMMA indicam dois participantes: a capital e um do município do interior. O Fundo Clima possui recursos reembolsáveis (os estados e municípios que tiverem capacidade de pagar os recursos podem usá-los e pagar em dez

anos) e não reembolsáveis (a sociedade civil e universidades enviam projetos a serem aprovados), os estados e municípios que tiverem capacidade de pagar podem buscar o recurso e possuem dois anos para quitar a dívida e recursos não-reembolsáveis. Quanto à questão da participação da sociedade civil nas questões, há uma tendência/luta para o estabelecimento da paridade. Os recursos são escassos, e as ODS surgem como meios para captação de recursos. Agenda ambiental prejudicada, crise de insetos. A agenda dos ODS é importante como política de planejamento. A ANAMMA se coloca como um fio condutor.

**Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)** finalizou destacando as mudanças climáticas e sua atuação e impacto diversificado, os grupos sociais prejudicados, e a carência de atitudes efetivas para o combate a esse evento, ressaltando o município e sua atuação em seus territórios quanto ao assunto. Finalizou presentando os palestrantes com cestas produzidas por artesãs da ARTESOL – Associação de Artesãs de Feliz Deserto.

### **PONTOS PRINCIPAIS DA PLATEIA (DEBATE):**

- Há fuga de conflitos por parte dos municípios;
- Os municípios que apresentam melhores estruturas são capazes de oferecer apoio aos municípios com menos condições estruturais, dando o suporte técnico necessário para o licenciamento;
- Os municípios só têm interesse em gestão ambiental, caso o prefeito também tenha interesse em questões relacionadas à gestão ambiental;
- Transmitir à sociedade civil as devidas informações sobre a situação ambiental do município.

### **AÇÕES SUGERIDAS PARA GESTORES**

- Criar uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável para a AGENDA 2030 dos ODS/ONU;
- Estabelecer o rito de trabalho de comissão para sistematizar os indicadores;
- Realizar capacitação/formação das equipes dos setores;
- Realizar ações de sensibilização ambiental e climática;
- Estruturar a Agenda 2030 dos ODS/ONU com a premissa de Agenda Pública Ambiental;
- Iniciar a implementação com o foco de mapear e realizar ações com garantias do direito à cidade e ao clima;
- Promover um curso aberto livre sobre licenciamento ambiental.

### **MESA 2 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DEMANDAS EM MUNICÍPIOS COSTEIROS DO SÃO FRANCISCO**

Após o término do horário de almoço, **Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)**, mestre de cerimônia, iniciou o evento dando os devidos agradecimentos a todos, e, em seguida, realizou um momento cultural, solicitando ao público presente que a acompanhasse cantando a música “Riacho do Navio”, do compositor e cantor brasileiro Luiz Gonzaga, refletindo sobre a importância da cultura como base de todo conhecimento. Ela recordou ainda a fala do Prof. Dr Claudio Sampaio (UFAL-Penedo) sobre as pinturas rupestres e a ligação pré-histórica que elas possuem com o Rio São Francisco. Por fim, retomou a temática do evento, e convidou Verônica Fernandes (FUNDAJ) para coordenar a próxima mesa.



## **Verônica Fernandes (FUNDAJ)**

Desempenhando a função de coordenadora, **Verônica Fernandes** convidou cada um dos debatedores para compor a mesa, e explanou suas especializações. O primeiro entre eles a ser apresentado ao público foi Maira Egito, professora do Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo, reforçando a importância e determinação de sua colaboração para a organização e realização do seminário durante aqueles dois dias (terça-feira e quarta-feira), facilitando, inclusive, o acesso das várias pessoas da região ao seminário. Para compor essa mesma mesa, também convidou outros dois debatedores, que foram responsáveis pela realização de pesquisas e ações relevantes a respeito da região do São Francisco: João Marcos Gomes dos Santos, presidente da Associação de Jovens Recicladores Rurais Leilton da Conceição Santos (ALECONS), e Fernanda Fróes, Gerente de Meio Ambiente da SEMARH de Penedo. Após as suas apresentações, explicou como ocorreria o restante da programação do evento naquela tarde.

### **Palestra - Gestão ambiental municipal: Características, organização e desafios** **Por: Verônica Fernandes (FUNDAJ)**

Para iniciar a sua apresentação, Verônica mencionou a teoria da “Consciência planetária”, do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, para refletir e exemplificar a relação de “Causa e Efeito” em relação às ações realizadas no presente pelos seres humanos e seus impactos nas gerações presentes e futuras. Ressaltou, mais uma vez, que o grande debate que acontece no mundo nos dias de hoje é a consciência de que tudo aquilo que as pessoas fazem, estão sujeitas a consequências, sejam elas impactos negativos e positivos no planeta Terra. Na pesquisa realizada por ela, usou o exemplo da atual problemática da Braskem, em Maceió-AL, dizendo que um trabalho de mineração desenvolvido pela mineradora Braskem desde os anos 1970 na área, está tendo impacto hoje, em 2023. Portanto, é possível perceber que há consciência planetária em tudo, no clima, na água, no desmatamento etc.

Durante a sua pesquisa, Verônica ressaltou também que fez um resgate dos estudos acadêmicos que já foram feitos sobre a questão da gestão ambiental municipal. Como base para continuidade do estudo, mencionou sobre a descentralização da gestão proveniente da Constituição Federal de 1988, em que a descentralização traz o diálogo mais próximo da comunidade. Muitas pautas eram concentradas, mas, em razão da elaboração da nova Constituição Federal do Brasil (1988), passaram a ser descentralizadas. Como consequência, isso acabou aumentando a responsabilidade dos municípios, já que muitos foram surpreendidos pelas mudanças, e começaram a se preparar para se adaptarem a elas.

Outro debate presente durante os estudos acadêmicos realizados, são os desequilíbrios ambientais e sociais que se reproduzem em paralelo aos avanços tecnológicos, produtivos e econômicos, exigindo uma melhor preparação das equipes e de seu planejamento. Para indagar a plateia, Verônica mencionou a seguinte frase dita pelo professor Boaventura de Souza Santos: “Quanta teoria, quantos estudos, quanta tecnologia que a gente tem aqui no século XXI, e ainda temos pessoas passando fome”. Usou ainda o grande avanço da IA (Inteligência Artificial) na geração presente para exemplificar sobre como foi possível avançar em tantos quesitos tecnológicos, mas não possível superar ainda muito dos problemas socioambientais dos séculos passados. Fernandes questionou “Por que isso acontece?”. Para respondê-la, explicou que para avançar na resolução das questões ambientais, assim como acontece em relação à tecnologia, é necessário que haja uma melhor preparação das equipes e planejamento adequado. Por fim, disse ainda que alguns estudos falam inclusive que se a questão social não for trabalhada da maneira correta, será quase impossível trabalhar a questão ambiental, já que elas estão muito interligadas.

Verônica continuou sua apresentação mencionando que muitos estudos falam do **imediatismo** (tudo deve ser feito agora e de forma rápida), e como ele pode ser perigoso dentro do campo



ambiental. Também reforçou o **amadorismo** (o desempenho de uma atividade por prazer e não visando à ou assumindo compromissos com prestação de serviços públicos à sociedade.). Além disso, existem vários debates em relação à gestão pública. Fernandes questionou o público com a pergunta: “O que precisa melhorar na gestão pública?”. Ela respondeu mencionando que é preciso ouvir mais as pessoas da região e planejar melhor as decisões tomadas. É necessário escutar, dialogar com quem faz parte do município e transformar a gestão pública em algo mais organizado. Pensando a curto, médio e longo prazo.

Ademais, Verônica se aprofundou a respeito da problemática envolvendo o amadorismo na área ambiental. Segundo ela, o amadorismo é como se começasse sempre pela primeira vez, sem grandes análises e cuidados necessários para a qualidade e segurança de tudo aquilo relacionado ao meio ambiente. Outro debate é a necessidade de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos servidores públicos. De acordo com os dados apresentados, a população aumentou e, conseqüentemente, a demanda, principalmente do poder executivo, para a realização de algumas tarefas importantes para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, a quantidade de servidores públicos continua pequena para atender as demandas municipais. Ainda de acordo com Fernandes, quando não há servidores públicos, mas somente servidores contratados, pode acontecer problemas no momento da troca da gestão, como a descontinuidade e a perda de boa parte do conhecimento de tudo o que foi aprendido ao longo de 4 (quatro) anos.

Verônica Fernandes destacou também a importância da participação e transparência no processo de gestão e de tomada de decisões. Segundo ela, estudos apontam os riscos de uma descentralização sem as condições objetivas necessárias. Diante de um cenário de bastante pressão do mercado, do setor produtivo, é fundamental além de uma boa equipe preparada para avaliar as demandas ambientais, compreender riscos e vantagens de quaisquer decisões a serem tomadas, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente. Por exemplo, a necessidade da responsabilidade da questão do licenciamento e fiscalização. Pesquisas destacam a importância do uso de indicadores no monitoramento das ações e dos resultados efetivos da gestão de políticas.

Em seguida, foram apresentados os três níveis de observação da participação social na formulação de políticas públicas:

- monitoramento da qualidade de serviços, com melhores resultados e maior eficiência de gastos;
- definição de prioridades;
- conscientização política da sociedade para a importância das políticas públicas;

Verônica também mencionou questionamentos que são feitos em relação aos avanços tecnológicos, produtivos, o desenvolvimento econômico e a produção de desequilíbrios sociais e ambientais: “Como reduzir a distância entre quem ganha e quem perde com esse mundo globalizado: os que comem e os que passam fome, os incluídos e os excluídos, os que têm acesso à saúde e os que não tem, os que têm acesso a tecnologias e os que a desconhecem, os que estão vulneráveis em seus contextos e os que não têm essa vulnerabilidade?”. Ela respondeu explicando o estudo do autor Kliksberg (2000), no qual explica como funciona a experiência do Estado no campo social, o que implica na capacidade do serviço público atender a todos, ter uma institucionalidade social forte e eficiente e um sistema de informações que subsidie o desenho e o monitoramento de políticas sociais e a gestão dos programas sociais sejam compartilhadas entre instituições, e conte com a participação efetiva da população, de forma a manter a transparência sobre os processos.

Ainda segundo Kliksberg (2000), foram citadas, em seguida, as vantagens e desvantagens da descentralização. Entre as vantagens, está a proximidade garantida com os cidadãos, o que pode criar mais canais de comunicação e ouvir feedbacks, como uma forma de renovação organizacional do Estado tradicional. Observou-se também que as condições democratizantes são essenciais para que haja a superação dos problemas, e não o aumento destes. Ademais, vê-se como fundamental o monitoramento dos riscos já identificados da descentralização, por meio de uma estrutura adequada. Sobre isso, é visto que muitos dos riscos acontecem em função da fragilidade institucional das

estruturas de gestão existentes e limitação de recursos disponíveis. Como exemplo, a palestrante utilizou o caso do licenciamento ambiental. Caso alguém assuma a responsabilidade de fazer um licenciamento ambiental, e não tiver uma estrutura adequada, pode haver muitas consequências graves, colocando o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas em risco.

Foi ainda mostrado pela palestrante a importância dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. De acordo com ela, sem os Conselhos e sem uma equipe preparada, a captação de recursos para programas e projetos fica comprometida, e quando conseguem os recursos e não prestam contas da forma adequada, terminam por ficar inadimplentes e não mais conseguem recursos. Um ciclo que se repete.

Ao todo foram trabalhados sete municípios na pesquisa: três de Alagoas (Feliz Deserto, Penedo e Piaçabuçu) e quatro de Sergipe (Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis e Pacatuba).

Uma observação chama atenção: as Secretarias de Meio Ambiente, dos municípios analisados, costumam trabalhar com várias temáticas: abastecimento de água e esgoto, agricultura, turismo, pecuária, assistência técnica, cooperativismo, defesa sanitária, políticas de desenvolvimento, flora e fauna, indústria e comércio, pesca, recursos hídricos, recursos renováveis, recursos sólidos, uso da terra etc. Uma situação que traz preocupação, já que a prioridade que deve ser feita ao meio ambiente pode ficar comprometida diante de tantas demandas. E isso vem de encontro com as atribuições encontradas na internet (não foi feita só pesquisa de campo, mas também bibliográfica). Alguns falam de políticas, programas e projetos ambientais (como o caso de Neópolis, Pacatuba e Piaçabuçu).

Verônica reforçou também que as questões relacionadas ao meio ambiente é uma área com bastante demandas e, conseqüentemente, muitas dificuldades aparecem para serem resolvidas. Relembrou as informações iniciais do debate trazido pela ANAMMA, contendo esse mesmo ponto de discussão. Na pesquisa, também foi analisado o perfil dos gestores municipais:

- 6 dos 7 gestores estão na gestão a menos de 3 anos
- 6 são cargo comissionado e 1 servidor público
- Formação: Direito, Engenharia civil, Engenheiro sanitaria, História, Geografia, Psicologia e Serviço social
- Tem em média 41 anos
- 2 tem experiência de participação em Conselhos
- Poucos participaram de formações na área ambiental nos últimos anos, em um cenário de muitas mudanças na área e de demandas históricas ambientais

Como as secretarias se relacionam com outras secretarias? Consoante sua pesquisa, a maioria das secretarias tem uma grande atuação com a secretaria de educação. Além disso, os projetos de educação ambiental são muito desenvolvidos devido a sua facilidade de aplicação e seu baixo custo. Reforçou também um ponto relevante do debate trazido pelo período da manhã: a importância das parcerias externas, não só no município e dentro da própria prefeitura, pois constatou-se que a maioria das secretarias trabalham somente dentro do próprio município. Ou seja, não dá para trabalhar sozinho porque as demandas são muitas, tendo, então, necessidades de criar laços com pelo menos outros municípios vizinhos. Outro ponto a ser destacado a respeito das análises de sua pesquisa é o fato de que uma boa parte das secretarias entrevistadas não gerencia recursos próprios, e quando se tem recursos próprios, terminam trabalhando com aquilo que tem no momento. Às vezes, elas recorrem a um agente externo para poder avançar. No final, Verônica indaga a plateia com a seguinte pergunta: “O que a gente precisa fazer para que o município dê um salto em relação à questão ambiental?”.

Outros dados compartilhados por Verônica Fernandez em relação a sua pesquisa desenvolvida foram os seguintes:

- Estrutura da Secretaria:
  - A Sede das secretarias é própria (4), cedida/comodato (2) e alugada (1). As cedidas funcionam no Senai e em uma Faculdade.
  - As estruturas, de uma maneira geral, são pequenas.

- Funcionam todas pela manhã, variando, em sua maioria, das 7h00min às 13h30min;
- As equipes de trabalho são pequenas, variando de 2 (Ilha das Flores) a 18 pessoas (Penedo);
- As atividades relativas à questões ambientais são tratadas com as secretarias municipais de:
  - Educação (4)
  - Administração/finanças/fazenda (3)
  - Agricultura (2), Assistência social (2)
  - Outras: Saúde, Pesca e agricultura, Infraestrutura (água), comunicação, gabinete, obras (resíduos sólidos)
  - Nenhuma (1)
- Relação com outras secretarias municipais:
  - Quase todos (6) afirmaram não ter conflito com outras secretarias.
  - Conflitos citados: questões relacionadas a orçamento, carros na praia, lixo, fossas, construções na beira da praia.
  - Integrações com outras secretarias:
    - Parceria no desenvolvimento de Projetos/Programas (2),
    - Limpeza e urbanismo (2),
    - Orçamento
    - na realização de eventos
    - na administração burocrática
    - na educação finanças
- Problemas ambientais vivenciados – possíveis causas/responsabilidades
  - Desconhecimento sobre os efeitos do descarte irregular de resíduos
  - Pouca fiscalização/responsabilização dos agentes que deram origem aos problemas
  - Baixa capacidade local de dar resposta/ minimizar os efeitos dos prejuízos ambientais causados por agentes externos (controle ambiental)
  - Infraestrutura municipal insuficiente para dar conta da abrangência e responsabilidades ambientais - transporte, pessoal, recursos
  - Principais ações municipais: educação ambiental, multa, busca de recursos
  - externos, limpeza de áreas
- Principais conflitos
  - Escassez de recursos para dar conta dos objetivos da secretaria;
  - Dilemas entre desenvolvimento econômico e cuidados com o meio ambiente - sustentabilidade ambiental: carcinicultura, rizicultura, tratamento de resíduos.
- Planejamento da Secretaria
  - As prioridades para atuação da Secretaria são definidas:
    - por Iniciativa da equipe (3);
    - a partir de demandas da sociedade (2);
    - a partir de reuniões com setores, do alerta do Ibama, do que o Estado determina e do que é mais impactante, em função da limitada estrutura de equipe;
    - ou trabalha com a rotina de demandas.
- Desenvolvimento de Projetos nos municípios
  - Apenas (1) município submete projetos para captação de recursos externos. Os outros não o fazem por não dispor de equipe preparada, por não ter fundo ou por estar em dívida com instâncias financiadoras;
  - Projeto formatado de coleta seletiva foi submetido a Secretaria Estadual;
  - Programas/projetos implantados, em sua maioria usou recursos humanos e materiais da própria prefeitura;
  - Projetos continuados: coleta seletiva; Educação Ambiental nas escolas; a praça é nossa; Preservação das Nascentes; eu curto, eu cuido; o pulmão.
- Demandas de formação - gestão pública
  - Demandas sobre formações necessárias ao aprimoramento das equipes gestoras ambientais, relacionadas a:
    - planejamento ambiental;
    - elaboração de programas e projetos e captação de recursos;
    - realização de parcerias;
    - convênios intermunicipais e municipais;
    - Economia e Sustentabilidade ambiental. Bem como de fortalecimento da sociedade civil que atua na área ambiental como Cooperativismo e Associativismo, parcerias no desenvolvimento de projetos;
- Considerações

- Houve descentralização da área ambiental, mas as infraestruturas municipais precisam ampliar equipes, qualificá-las para que atendam as demandas históricas e mudanças atuais e emergentes;
- As parcerias intermunicipais e entre os entes federais são fundamentais para o enfrentamento de questões comuns, com impacto na sustentabilidade ambiental;
- As consequências do não enfrentamento de questões essenciais, pode comprometer gerações presentes e futuras.

## **Palestra - Instâncias de participação na gestão ambiental: Conselhos, Comitês**

**Por: Maira Egito (IFAL/Penedo)**

**Maira Egito (IFAL/Penedo)** - Maira Egito saudou a todos os presentes, e já ressaltou o direcionamento de sua fala sobre a temática do projeto abordando o viés socioambiental, sendo o Baixo São Francisco um lugar de notoriedade quanto a questão mediante aos múltiplos usos dos rios, e nesse cenário a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938-81) regulamenta a descentralização da governança ambiental. A professora destaca que os dados da pesquisa foram levantados durante o ano de 2022, portanto alguns resultados podem ter sofrido alterações.

Em seguida, ela reforçou que seu principal foco é participação social, mas é importante contextualizar essa participação dentro dos conflitos socioambientais que existem nos municípios. O Baixo São Francisco tem questões relacionadas aos múltiplos usos do rio, que geram conflitos socioambientais importantes para comunidade e para a gestão pública lidar com isso. E, nesse contexto, existem vários instrumentos de gestão ambiental disponíveis, tanto para a sociedade civil quanto para o Poder Público. E dentre esses instrumentos de gestão ambiental, ela destacou alguns que foram citados ao longo das palestras daquele dia: educação ambiental, licenciamento, controle, fiscalização etc. Reforçou também que os municípios têm condição de executar esses instrumentos.

Os municípios estão com desafios nas mãos dessa descentralização, que vem da Constituição Federal de 1988, do próprio SISNAMA, quando descentraliza a parte da Política Nacional de Meio Ambiente de 1981. Nessa política ambiental, existem o Ministério de Meio Ambiente, o IBAMA, O ICMBio, órgãos estaduais e municipais. Com essa descentralização, desafios para os municípios são gerados e, conseqüentemente, muitas responsabilidades para os gestores dos municípios. Com isso, é preciso pensar em estratégias coletivas e participativas.

Maira Egito destacou que é essencial colocar em prática o que a legislação brasileira determina: a garantia da participação social desde o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil e até mesmo as normativas mais objetivas. É imprescindível que a sociedade civil e o poder público devam trabalhar juntos e também fortalecer os espaços de gestão participativa, que foram conquistados através de muita luta e esforço de brasileiros comprometidos com as causas ambientais. Ela informou também que na gestão federal passada, direitos e deveres relacionados ao meio ambiente foram deixados de lado, como a atuação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Mas, na gestão federal atual, esse cenário está aos poucos sendo mudado com a retomada de espaços para a questão ambiental.

Maira Egito se aprofundou também sobre a governança da água no tópico “Conflitos e Problemas Socioambientais”. De acordo com a professora, muitos grupos querem utilizar essa água ao mesmo tempo, mas eles têm visões diferentes desses usos e recursos naturais, o que diz muito de como esses grupos de pessoas participam desses espaços. Dois grupos com interesses diversos: os que consideram a água como bem comum e os que consideram como mercadoria. Se algum deles olhar para a água como algo fundamental no seu dia a dia, quer dizer há um envolvimento socioambiental na vida e na história. Mas se para outro, a água é vista como uma mercadoria, o olhar já é completamente diferente.

Nesse jogo de interesses, o Poder Público possui poder de mediação. A sociedade civil tem que estar atenta e perceber que o Poder Público deve mediar essa relação. Com o objetivo de dar base ao seu argumento, a professora leu a seguinte citação: “participação e articulação da sociedade civil

são fundamentais na governança hídrica” (p.157). Não tem como fazer uma gestão hídrica e correta sem a participação social e precisa se valer desse instrumento de gestão social.

Em seguida, Maira Egito apresentou alguns dados relevantes em relação às Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios analisados. São eles:

- Brejo Grande: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (sede funciona em uma faculdade);
- Ilhas das Flores: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca (sede própria);
- Neópolis: Secretaria de agricultura, indústria, comércio e meio ambiente (sede comodato do Senai);
- Pacatuba: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (sala no prédio da Prefeitura);
- Penedo: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (sede alugada);
- Piaçabuçu: Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (sede própria);
- Feliz Deserto: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca (sede própria).

Maira Egito falou um pouco mais sobre o significado e a importância dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (Comdemas). Esses atuam de forma colegiada na gestão ambiental local, sendo composto pela sociedade civil e poder público, compondo esse mosaico de espaços de gestão participativa que podem atuar nos municípios. Algumas descobertas em relação a criação dos Comdemas nos municípios da pesquisa:

- Possui Conselho:
  - Pacatuba – SE (Lei de criação - 2009)
  - Neópolis – SE (Lei de criação - 2014)
  - Penedo – AL (Lei de criação - 2003 /Funcionamento: 2021)
- Não possui Conselho:
  - Ilha das Flores;
  - Brejo Grande.
- Observações:
  - Piaçabuçu estava em processo de desmembramento do Conselho de Turismo;
  - Feliz Deserto não estava em funcionamento.

Foi constatado também que todos os conselheiros entrevistados em Pacatuba – SE, Neópolis - SE e Penedo - AL indicaram experiência e participação em outros conselhos, o que mostra que as representações são habitualmente as mesmas em variados espaços participativos.

Dando continuidade, a professora propôs a seguinte reflexão ao público presente: “O que é participar?”. O conceito de participação é muito difícil de ser conceituado de forma correta, pois cada pessoa tem uma interpretação e um olhar diferente sobre isso. Às vezes, participar, para alguns cidadãos, é estar presente nas reuniões dos Comdemas. Para outras, isso tem uma reverberação mais objetiva, com o seguinte questionamento: “a minha participação gerou realmente mudanças objetivas na realidade ambiental?”.

Quando a sociedade civil está organizada estruturalmente e fortalecida, eles participam dos espaços com mais qualidade. E se questionam: “Estou levando mesmo demandas do meu grupo?”, “Estou trazendo para o meu grupo as discussões que esses conselhos estão fazendo?”, “Será que todas as pessoas têm condições de participar?”. Portanto, é um assunto que vale a pena ser discutido.

No que diz respeito ao financiamento, os Comdemas pesquisados não possuem nenhum tipo de financiamento fixo, cabendo aos conselheiros buscarem fontes externas ou parcerias para poderem executar os projetos. No entanto, cabe à gestão municipal garantir o funcionamento desses espaços e destinar recursos financeiros para isso, além de condições físicas e técnicas.

Em relação à periodicidade das reuniões realizadas pelos Conselhos, concluiu-se que por Penedo/AL estar tendo reuniões mensais, estava sendo inviável gerar demanda e respostas nesse tempo. À época da pesquisa estava passando por reestruturação para alterar essa periodicidade. Os outros municípios não conseguiram dizer exatamente qual era a periodicidade das reuniões. E o local das reuniões era geralmente em lugares cedidos pelo município ou pela prefeitura, que organizam esses locais. Isso deve constar no estatuto.



Além disso, as reuniões são periódicas e abertas para participação da sociedade, o que demonstra transparência e gera credibilidade nas ações. Com isso, Maira sugeriu que a constância das reuniões são fundamentais para um bom desenvolvimento dos Conselhos. E ter essa reunião no calendário facilita a participação/a presença das pessoas nas reuniões, além de que a constância dos encontros facilita o planejamento, prestação de contas das atividades e viabiliza não só a presença dos conselheiros, mas de outras pessoas que têm interesse nos assuntos da reunião.

Nem sempre é possível seguir: mobilização, ampla divulgação, audiências públicas paritárias/Composição. A depender do nível de organização social e política dos segmentos, conflitos socioambientais locais e como as prefeituras fazem o movimento de criação dos Conselhos, a composição dos conselhos é formada, refletindo diretamente nas atividades.

Nem sempre a sociedade civil/grupos compreende a importância desse conselho. E às vezes a prefeitura se esforça para ter a presença de grupos que ela entende/considera importante para seu funcionamento. Em contrapartida, tem lugares com muitas disputas, onde o conselho é importante e as pessoas querem estar nele e tomar decisões que vão refletir nos seus negócios, nas suas atividades. Quando os conflitos são muito latentes, a sociedade entende a importância que essa instituição tem para a sociedade. Às vezes, a sociedade nem entende o papel do conselho e não se esforça para estar lá.

Sobre as atas e comunicação com a sociedade: os Secretários dos Conselhos redigem e encaminham as atas. Em Neópolis não houve consenso entre os respondentes. Um afirmou que a divulgação era por meio de site, entretanto, Neópolis não havia indicado uso de site pelo Conselho. O município de Penedo não faz a divulgação para sociedade de forma espontânea, e, em Pacatuba, um dos respondentes afirmou que não havia divulgação e o outro não soube responder. De forma geral, a comunicação dos conselhos com a sociedade, segundo os respondentes de Pacatuba e Penedo, é o site e Instagram das Prefeituras.

Maira Egito apresentou também ao público os seguintes dados:

- Temáticas socioambientais mais debatidas nas reuniões:
  - Áreas de preservação permanente (nascentes e manguezais);
  - Saneamento básico (resíduos sólidos e esgotamento sanitário);
  - Fundo Municipal de Meio Ambiente (criação);
  - Poluição e manejo dos recursos hídricos;
  - Pesca artesanal;
  - Associação de moradores e povoados;
  - Recuperação e controle (reflorestamento, podas de árvores e jardinagem).
- Resultados positivos:
  - Pacatuba: Reflorestamento.
  - Neópolis: Denúncia de desmatamento e criação de frente ampla de controle à degradação ambiental.
  - Penedo: Qualidade das questões ambientais e cuidado com praças que estavam abandonadas
- Mudança de realidade:
  - Pacatuba: Sensibilização e formação da população para as causas ambientais;
  - Neópolis: Sensibilização ambiental da população (destaque para os resíduos sólidos e desmatamento);
  - Penedo: Melhoria na cobrança da arborização, na limpeza de áreas públicas e na promoção de denúncias sobre questões ambientais relevantes.

Maria Egito agradeceu a atenção de todos, e encerrou sua apresentação.

## **DEBATE**

**DEBATEDORES:** João Marcos Gomes dos Santos Associação de Jovens Recicladores (ALECONS) e Fernanda Fróes (SEMARH Penedo)



**Fernanda Fróes (SEMARH Penedo)** - Fernanda Fróes saudou a todos os presentes, e deu início às suas falas na mesa de debates, discutindo alguns resultados que foram apresentados. De acordo com ela, uma das questões que chamaram sua atenção ao longo das apresentações foi como o fator social está nitidamente ligado com as questões ambientais, porque, só a título de conhecimento, a Secretaria de Meio Ambiente de Penedo surgiu efetivamente a partir de reivindicações da sociedade, em especial do IFAL - Campus Penedo. Hoje os olhares políticos estão voltados para a questão ambiental devido a problemas que já foram ocasionados no decorrer dos anos, ao longo da revolução industrial, do capitalismo, que só se extrai sem pensar e que os recursos naturais poderiam acabar (e alguns já acabaram).

Fernanda explicou que os municípios não tinham a visão de preservação dos recursos naturais. E Penedo, como um município pequeno, não dispunha de Secretaria de Meio Ambiente. Através de alunos dos cursos de meio ambiente, começaram a pensar melhor nessa ideia. Não havia um órgão ambiental que representasse as carências/demandas dos cidadãos penedenses. Então, mais tarde, o pedido foi acatado com a criação da Secretaria. No entanto, como todo órgão ambiental, tem as suas dificuldades (algumas inclusive foram abordadas durante o evento), mas que aos poucos é esperado avanços e algum nível de satisfação em relação a preservação do meio ambiente.

Fernanda continuou sua fala dizendo que a presença dela no evento não seria para questionar algumas coisas, mas sim deixar claro que há uma participação, mesmo que seja a passos curtos. E com a demanda da sociedade (porque ela precisa colocar as demandas para os políticos trabalharem em cima do que a gente precisa) tudo pode melhorar mais rápido. E quanto mais cobranças, alguns problemas terão mais visibilidade e suas soluções podem chegar mais cedo do que o imaginado.

Fernanda lembrou o que foi falado por Verônica a respeito do baixo custo da educação ambiental. Como a Secretaria não tem verba própria, optaram por fazer a educação ambiental no município, já que é um meio que pode levar informação e despertar a consciência ambiental.

Reforçou mais uma vez que a educação ambiental é a chave para tirar os problemas que estão sendo enfrentados hoje em dia e despertar a consciência ambiental. Disse ainda que a educação ambiental permite diminuir metade da degradação ambiental, principalmente daqueles que estão inseridos em comunidades ribeirinhas. Mencionou também sobre os dados desanimadores de uma expedição no rio São Francisco, que analisam a contaminação de pescado e a contaminação da água. Um resultado em decorrência de que ao longo do tempo os dejetos já eram despejados no nosso rio. Então, ao ter educação ambiental, a gente pode começar a cobrar mais efetivamente. Acredito que as secretarias disputem políticas públicas para sanar esse problema.

**João Marcos Gomes dos Santos (ALECONS)** - João Marcos saudou a todos e reforçou a importância do evento para a nossa região. Ele iniciou a sua apresentação mencionando que faz parte da organização da sociedade civil Associação de Jovens Recicladores Rurais Leilton da Conceição Santos (ALECONS), formada por jovens do município de Piaçabuçu/SE, que nasceu com a intenção de preservar o Rio São Francisco. Ao contar um pouco da sua história de vida, João Marcos disse que cresceu dentro de uma cooperativa de agricultores familiares, onde ele e outros colegas estudaram sobre a economia circular e a reciclagem de resíduos. A partir desses estudos, eles perceberam um grande problema que existia nas cidades banhadas pelo rio São Francisco.

De acordo com os dados do IBGE, há 507 cidades banhadas pelo Rio São Francisco, e delas somente uma faz o tratamento de todos os resíduos com saneamento básico. Em Piaçabuçu/SE, existe uma problemática ambiental que chama muita atenção da ALECONS: o derramamento de óleo em locais inadequados. Não só em Piaçabuçu, como também em todas as cidades mencionadas. É um problema que por muitas vezes passa despercebido pelas pessoas devido ao grau de poluição de cada litro de óleo. Para se ter uma ideia, 1 litro de óleo chega a poluir 25 mil litros de água. O impacto positivo que é gerado pela ALECON hoje em Piaçabuçu, somente com a atividade de coleta de óleo (cerca de 1000 litros de óleo por mês), chega a preservar 25 milhões de litros de água. Então, uma cidade que tem 16 mil habitantes, caso haja um cálculo, desses 507 municípios que vem lá de Minas

Gerais, descartando óleo de cozinha usado, e esse óleo vai descer para o ralo da pia, vai ter como destino o rio e vai chegar até o rio das nossas cidades.

João Marcos relatou também a respeito da sua viagem à Maceió para conversar com o presidente da Bacia do São Francisco, Anivaldo Miranda. Durante a visita, foi apresentado um projeto voltado para a região do baixo São Francisco, que iria impactar Penedo, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe e Igreja Nova. Foram mapeadas 30 escolas onde poderia ser feita a conscientização ambiental e a coleta de óleo, com a intenção de coletar até 5 mil litros de óleo por mês. Então, com essa iniciativa, reduzir o impacto de 200 milhões de litros de água.

No entanto, o que se observa é uma organização da sociedade civil em que, por muitas vezes, as cooperativas acabam apenas coletando esses resíduos, e são destinadores. Como destinadores, consequentemente o lucro não fica com a cooperativa porque é necessário que haja a matéria-prima. E, dentro da economia circular, existem os quatro parâmetros seguintes: matéria-prima, produção, consumo e descarte correto (que vai fazer com que isso se torne matéria-prima novamente).

João Marcos contou que a cooperativa financiou um projeto dentro da ALECON, onde estuda o desenvolvimento de outros produtos a partir da matéria-prima coletada pela associação. Então, resultou no desenvolvimento de produtos biodegradáveis. Atualmente, a associação já desenvolve um sabão ecológico, e a cada litro de óleo coletado na cidade, é produzido 30 litros de detergente/sabão líquido que pode ser utilizado pelas pessoas e é um produto biodegradável, podendo ser comercializado e gerar renda para os jovens da cidade.

Atualmente, é feito um orçamento na fábrica, um processo de estudos e uma busca de parcerias tanto para conseguir a nossa matéria-prima quanto para abastecer essa linha de fábrica, para continuar produzindo esses produtos biodegradáveis. Quase finalizando a sua apresentação, João Marcos disse que a mensagem que deseja passar é esta: a conscientização ambiental /educação ambiental para ser duradoura tem que ser também benéfica para a instituição que está fazendo o trabalho, já que muitas vezes as instituições que realizam o trabalho de coleta não têm recursos para manter aquele trabalho. Então, por muitas vezes ele educa as pessoas e diz: “Você não pode descartar tal plástico em tal lugar”, mas se não tiver uma cooperativa para coletar esse resíduo, não vai adiantar separá-lo e irá causar desastres ambientais a partir disso.

Então a importância das cooperativas e das associações perante esse papel de conscientização ambiental é justamente proporcionar continuidade de fazer com que as pessoas pratiquem aquilo que elas aprenderam. Pode haver aulas nas escolas sobre educação ambiental, mas não há prática, não vai ter o impacto realmente relevante, somente um impacto teórico. Então, essa seria a contribuição como representante de uma organização da sociedade civil até para representantes aqui do Poder Público. É preciso que o Poder Público tenha um olhar voltado para essas instituições porque muitas vezes o município não tem a capacidade de fazer isso, o Estado não tem a capacidade de fazer isso, mas ele tem a capacidade de financiar. Pode não financiar através do salário das pessoas, e sim dando condições para que as pessoas possam ir realizar a coleta, tenham condições de atender tantas casas, consigam utilizar os resíduos que estão sendo utilizados.

João Marcos concluiu falando que as parcerias que a associação propõe é que essas instituições não devem ser reconhecidas apenas através de uma assistência de cesta básica, mas elas devem ser pagas pelos serviços relevantes que prestam, ou devem ser reconhecidas tendo condições suficientes para prestar serviços com que elas possam concorrer com outras empresas. Isso é fundamental, pois essas instituições fazem o papel prático da educação ambiental, e não têm o reconhecimento merecido.

**Verônica Fernandes (FUNDAJ)** - Verônica agradece a João Marcos pelas contribuições e informações trazidas durante sua fala. Para promover uma reflexão, ela menciona um ditado chinês: “Quem ouve, esquece. Quem vê, talvez lembre”. Faz uma breve reflexão acerca da educação ambiental e da dificuldade de gerar mudança devido ao comportamento das pessoas, ou seja, mudança

de mentalidade. Reforçou também a importância de criar projetos de recuperação ambiental. Dá continuidade ao debate, e passa a palavra para a professora Maira Egito.

Maira Egito (IFAL) - Na verdade, eu acho que a gente pode abrir algumas perguntas.

## DEBATE: ABERTURA PARA PERGUNTAS/RESPOSTAS

- 1) Luiz Martins - (Presidente do Conselho de Meio Ambiente de Neópolis) O município ou a gestão respeitam os conselhos de fato? Qual a participação no reconhecimento do conselho? Ele é visto como instrumento? De que maneira podemos participar efetivamente?

Resposta: **Maira** - O Conselho parte da participação da comunidade e enfrenta dificuldade neste âmbito devido a existência de um histórico de falta de incentivo de participação da população na área de políticas públicas, faz-se necessário o aumento do diálogo entre os conselheiros de regiões/municípios próximos para debater as dificuldades locais.

- 2) Luciana Khoury (Promotora de Justiça da BA) - Como estão funcionando os conselhos, se são paritários, estão realizando a fiscalização efetiva e permanente, se tem poder de polícia? Estão licenciando?

Resposta: **Verônica** - Os conselhos são paritários. Alguns municípios apresentam fiscalização ou monitoramento, apenas dois realizam os dois ao mesmo tempo. Quanto ao licenciamento apenas o município de Penedo o realiza.

- 3) Beatriz Mesquita (FUNDAJ) - A presença da UFAL e IFAL (Instituições de ensino) faz diferença para a Secretaria de Meio Ambiente?

Resposta: Fernanda (SEMARH) - Com certeza, a Maira realizou um curso de capacitação para os membros da SEMARH, além do contínuo contato com eventos, a secretaria de meio ambiente do município descentralizou do IMA o licenciamento ambiental em 2021, auditorias também são realizadas.

- 4) Icaro (Brejo Grande) - Falta de integração, seria o IBAMA a ADEMA? A presença de petróleo e a ausência de protocolo naquele momento, então, surge a necessidade da criação de um protocolo com a participação dos municípios e não deu continuidade, logo, o IBAMA se reduz a fiscalização, nesse contexto, a falta de integração é o ponto.

Resposta: **Maira** - A tripartite é algo complicado, sendo a criação do ICMBio promotora da descentralização do IBAMA, direcionando o IBAMA para o âmbito da fiscalização, aliado a isso a gestão passada não contribuiu para a questão.

- 5) Antenor Nerys - Qual é o papel das instituições governamentais e não governamentais dentro do Conselho de Meio Ambiente? Quem deve cobrar e quem deve deliberar?

Resposta: Dentro do conselho ambas deliberam. As instituições governamentais gerem o conselho.

Verônica e Maira Egito encerram o momento agradecendo as perguntas, e dão intervalo para lanches antes da continuação da programação.

## TRABALHO EM GRUPO

Para finalizar o primeiro dia, os participantes se dividiram em três grupos, para debaterem os seguintes três temas, para que por fim, fossem listados dificuldades, desafios e formas de superar as barreiras encontradas:

Grupo 1 - Coordenado por Maira Egito (IFAL): Formação e competências dos Conselhos Municipais de Meio ambiente e de Unidade de Conservação

- Dificuldades e desafios:
  - Implementação e aplicabilidade das leis;
  - Melhorar o diálogo com a gestão pública;
  - Aplicar as propostas do Conselho;
  - Não existe corpo técnico para dar suporte ao Conselho;
  - Atuação independente do Conselho;
  - Nem sempre as demandas do Conselho são respondidas pela prefeitura/gestor;
  - Formação para os conselheiros.
- Formas de superar as barreiras encontradas:
  - Realização de seminários formativos;
  - Melhorar o engajamento do Poder Público e sociedade civil;
  - Entender a gestão pública nas reuniões do Conselho;
  - Contratação de corpo técnico especializado;
  - Criar mecanismos de captação de recursos.

Grupo 2 - Coordenado por Verônica e Beatriz Mesquita (FUNDAJ). Projetos ambientais, captação de recursos e participação em editais

- Dificuldades e desafios:
  - Falta de recursos
  - Pessoas capacitadas para elaboração de projetos;
  - Planejamento;
  - Critérios dos editais dificultam o enquadramento das instituições;
  - Diálogo;
  - Conhecimento da realidade em que está;
  - Articulação política;
  - Editais que contemplem critérios dos editais;
  - Integração interna dos órgãos (pouca);
  - Necessidade de articulação com instituições;
  - Projetista atravessador;
- Formas de superar as barreiras encontradas?
  - Ser visto, se mostrar - rede social;
  - Solução chegue através da realidade das pessoas locais - não colonizador;
  - Lugar coletivo;
  - Adequar a realidade;
  - Gerar novidades;
  - Criatividade;
  - Divulgação;
  - Conhecer as fontes financeiras: BNB, BB, BUDES, ASA, PETROBRÁS, COMITÊ ÁGUAS DO SERTÃO;

- Pensar antes nas necessidades e criar projetos independentes dos editais;
- Saber gerenciar recursos;
- Sistemas de gestão;
- Não ter pendências contábeis e administrativas;
- Procurar parceiros.

Participantes do Grupo: Adrian Martins Silva, Antenor Nerys Filho, Cintia Cristina Santos Fontes, Deysiane Maria Souza Nunes, Fernanda Danielle de Sousa, Lenivalda Pinheiro Santos, Maria Helena Gomes Santos, João Marcos Gomes dos Santos, Marizete Souza dos Santos, Matheus Paixão Cardoso, Nayara Larissa Soares Lima, Sálua Santos Lopes, Stephanie Bispo de Lira, Tiane Crisley dos Santos.

Grupo 3 - Coordenado por Simone Teixeira e Edneida Cavalcanti. Economia e sustentabilidade: conflitos socioambientais.

- Dificuldades e desafios:
  - Resíduos sólidos na terra, no rio e no mar (lixo urbano);
  - Resíduos sólidos (descarte de pescados - peixe e camarão);
  - Esgoto;
  - Degradação do mangue;
  - Degradação dos recifes de corais;
  - Vulneráveis expulsos para territórios periféricos criando “favelas”;
  - Redução da vazão do rio São Francisco para o mar;
  - Aumento da salinidade e consequente redução da agricultura, em razão da água salgada;
  - Falta de fiscalização dos órgãos governamentais;
  - Vários órgãos (municipais e estaduais) fornecendo licenciamento e fiscalizando (problemas de um órgão fiscalizar e outro diferente liberar as licenças, sem um ter conhecimento do outro);
  - Gestores não querem se capacitar.
- Formas de superar as barreiras encontradas:
  - Multa pelo descarte inadequado de resíduos sólidos;
  - Fábrica de farinha de peixe e camarão;
  - Cooperativa de reciclagem;
  - Reciclagem em restaurantes e hospedagens (pousadas e hotéis);
  - Ordenamento do uso da praia por tipos de usuários como turistas, moradores, restaurantes etc.;
  - Zoneamento das embarcações;
  - Carcinicultura;
  - Criação do crédito verde;
  - Selo Azul do rio São Francisco;
  - Capacitação de gestores e todos os atores envolvidos com o rio;
  - Soluções apontadas por unanimidade como sendo uma ação para todos - a Educação Ambiental e a Formação de Redes, sendo concluído que o ideal seria a formação de uma rede intermunicipal com os municípios do baixo São Francisco.

Participantes do Grupo: Carlos Sampaio, Fernanda, Otávio, Carlos Daniel, Renata Correia, Flávia, Thaline, Joyne Rodrigues, Flávio Cruz, Renato Ramalho, Ícaro Freire, Pedro Paulo Lira Filho.

**Dia 06/12/2023 (quarta – feira)**

**Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)** saúda a todos presentes, destaca que a maioria do público do dia será composto por representantes dos municípios, visto que os alunos do IFAL estão em campo, convidando, então, os presentes para mais perto. Relembra e destaca o circuito de cinema Penedo realizado no dia 05/12/2021 e a importância de aguçar o lado cultural. Lê um poema e reflete sobre a dicotomia entre a realidade e o esperar de Paulo Freire. Convida Simone Teixeira para coordenar a mesa.

### **MESA 3- CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DEMANDAS EM MUNICÍPIOS COSTEIROS DO SÃO FRANCISCO**

**COORDENAÇÃO:** Profa. Dra. Simone Teixeira (UPE)

**Palestra – Pesca artesanal e sua importância socioeconômica**

**Por: Beatriz Mesquita (FUNDAJ)**

Para iniciar a apresentação, Beatriz Mesquita explicou sobre a relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com sua pesquisa envolvendo a pesca artesanal e a importância socioeconômica desse tipo de atividade. Explicou que sua pesquisa não teve somente como base ODS 14 (Proteger a Vida Marinha), mas também buscou colocar outras ODS, considerando a questão da erradicação da pobreza (1), educação (4), fome (2), saúde (3), consumo sustentável (12), igualdade de gênero (5), e justiça e instituições eficazes (16).

De acordo com a palestrante, a pesca artesanal não diz respeito só aos animais pescados, aos homens e às mulheres, mas é necessário que todos tenham uma visão mais integrada em relação ao universo amplo que envolve a pesca, considerando os fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada região.

É importante notar que a pesca é uma atividade realizada por toda uma comunidade, não apenas pelo indivíduo, toda uma comunidade se envolve para que a atividade aconteça, sobretudo as mulheres. Para se ter uma ideia da importância da pesca artesanal no mundo, Beatriz citou dados de estudo chamado “Iluminado as Capturas Ocultas”. Entre eles estão:

- Pessoas empregadas – 60 milhões;
- 90% das pessoas na pesca de captura são artesanais;
- Pescadores (as) e membros da família – 379 milhões;
- Pessoas que dependem pelo menos parcialmente da pesca – 492 milhões;
- Receita total na primeira venda – US\$ 77 bilhões;
- A pesca artesanal é uma atividade que envolve 7% da população mundial e 13% em países subdesenvolvidos.
- 50% da captura global e 90% dos postos de trabalhos do setor;
- Multiespecífica, complexa, dinâmica;
- Mulheres com função primordial;
- Dependência ecossistêmica: degradação de habitats;
- Intensa relação com o território, conflitos;
- Dinâmica relação cultural e meio de vida no território.

A importância da pesca artesanal está principalmente na quantidade de pessoas que dependem dessa atividade. Na pesca 90% dos trabalhadores são artesanais. Os dados mostram também que a pesca artesanal circula economicamente mais recursos do que o turismo de cruzeiro e as outras



atividades feitas no mar. Portanto, é fundamental tratar a pesca artesanal não só como importância na geração de emprego e renda, mas também na participação econômica.

Beatriz também destacou que, no Brasil, apesar da grande importância da pesca artesanal para a população brasileira, essa é uma atividade historicamente não visualizada pelo Poder Público e a sociedade civil. Os números de produção da atividade são desconhecidos desde 2006 para os municípios.

Apresentou a quantidade de pescadores do RGP (**Registro Geral da Atividade Pesqueira**), dados de novembro de 2023. Antigamente os dados divulgados sobre esse tipo de atividade eram agregados de homens e mulheres. E veja a importância disso, as mulheres são 50% dos cadastrados no registro geral da pesca em novembro de 2023. Tão importante quanto os homens na pesca artesanal brasileira.

No que diz respeito ao pagamento do “Seguro Defeso”, um benefício pago ao pescador artesanal, alguns dados dos 7 municípios estudados durante a pesquisa foram destacados:

| Dados sobre o Defeso (ANO BASE 2022) |                 |                   |                          |              |               |
|--------------------------------------|-----------------|-------------------|--------------------------|--------------|---------------|
| Estado                               | Município       | Número de pessoas | Valor R\$                | População    | defeso/pop    |
| Alagoas                              | Feliz Deserto   | 123               | R\$ 537.520,00           | 3963         | 3,10%         |
|                                      | Penedo          | 743               | R\$ 3.201.748,25         | 58650        | 1,27%         |
|                                      | Piçabuçu        | 3.127             | R\$ 13.593.695,80        | 15908        | 19,66%        |
|                                      | <b>TOTAL</b>    | <b>3.993</b>      | <b>R\$ 17.332.964,05</b> | <b>78521</b> | <b>5,09%</b>  |
| Estado                               | Município       | Número de pessoas | Valor R\$                | População    | defeso/pop    |
| Sergipe                              | Brejo Grande    | 1.658             | R\$ 7.054.552,65         | 7841         | 21,15%        |
|                                      | Ilha das Flores | 1.760             | R\$ 7.283.899,07         | 8321         | 21,15%        |
|                                      | Neópolis        | 787               | R\$ 3.128.287,83         | 16426        | 4,79%         |
|                                      | Pacatuba        | 1.948             | R\$ 8.107.161,81         | 12502        | 15,58%        |
|                                      | <b>TOTAL</b>    | <b>6.153</b>      | <b>R\$ 25.573.901,36</b> | <b>45090</b> | <b>13,65%</b> |

Fonte: Portal da transparência (Nov, 2023)

Legislações a respeito do “Seguro Defeso”:

- Portaria Ibama Nº 50/2007: estabelece o período de defeso de 1º de novembro a 20 de fevereiro e proíbe a pesca nas lagoas marginais de 1º de novembro a 30 de abril;
- IN MMA nº 14/2004, que estabelece o período de defeso de 1º de dezembro a 15 de janeiro e 1º de abril a 15 de maio do camarão Camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* e *F. subtilis*), Camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), Camarão-Branco (*Litopenaeus schmitti*) na divisa de Pernambuco e Alagoas até os Municípios de Mata de São João e Camaçari-Bahia.

Existem registros das espécies de peixes, da quantidade, existem vários artigos que mostram a importância da pesca e dos recursos pesqueiros no rio São Francisco. Entre eles estão:

- Espécies, 244 espécies (Barbosa e Soares, 2009), 30 exóticas;
- Elevado grau de endemismo da ictiofauna.
- Espécies em extinção: 445
- Declínio da produção, ausência de estatística;

- Espécies exóticas: tucunaré (1980) e tambaqui, tilápia e carpa, são capturadas pela pesca;
- Espécies migradoras: curimatã-pacu, curimatã-pioa, dourado, matrinhã, piauí-verdadeiro, pirá e surubim (Godinho & Godinho, 2004);
- Importância ecológica: lagoas marginais, berçários naturais;
- Inter-relação com outras atividades.

Esses foram os municípios analisados e instituições de representação dos pescadores(as):

- Sergipe:
  - Brejo Grande - Colônia de Pescadores Z - 16
  - Ilha das Flores - Colônia de Pescadores Z - 23
  - Neópolis - Associação de Pescadores Evangélicos de Betume
  - Pacatuba - Colônia de Pescadores Z- 25 e Associação dos Pescadores do Povoado Ponta dos Mangues
- Alagoas:
  - Penedo - Colônia de Pescadores de Penedo-Z-12;
  - Piaçabuçu - Colônia de Pescadores Z-19;
  - Feliz Deserto - Colônia de Pescadores de Feliz Deserto Z-37

As colônias de pescadores, em Sergipe, são mais recentes do que as colônias do estado de Alagoas. Sua pesquisa mostrou que há uma grande importância da atuação das mulheres na pesca artesanal, destacando o fato de que elas têm uma escolaridade maior que os homens.

Ademais, observa-se que existe uma variedade grande no tempo em que esses presidentes ou diretores entrevistados estão no cargo, ou seja, nas instituições mais antigas permanecem mais tempo no cargo; em relação às instituições mais recentes que têm uma outra dinâmica de gestão.

Outro ponto é que as instituições que representam os pescadores e as pescadoras são todas regularizadas. Em outras instâncias, existem instituições que pecam na regularização, às vezes ficam inativas por um tempo. Na área da pesca, diante dos projetos e dos benefícios sociais existentes, elas procuram se regularizar.

O perfil da pesca no Baixo São Francisco também foi analisado. A seguir, está a tabela com as informações e resultados apresentados por Beatriz Mesquita durante o evento:

Perfil da Pesca no Baixo São Francisco

|  | Brejo Grande                              | Ilha das Flores                   | Neópolis                                       | Pacatuba   | Penedo                            | Piaçabuçu                          | Feliz Deserto                            |
|--|---|-----------------------------------|--|--|-----------------------------------|------------------------------------|--|
| Peixes mais comuns na pesca local            | Robalo; Tainha; Carapeba; Pescada         | Pilombeta, Carapeba, Robalo       | Piau, Chira, Traira; Acará; Tilápia e Tambaqui | Tainha, Robalo, Pescada, Curimatã, Xila, Robalo e Carapeba | Xira, Piau, Piranha, Robalo       | Carapeba, Robalo, Pilombeta, Bagre | Curimatã, Piau, Robalo, Maçunim, Camarão |
| Local da pesca                               | Piracema                                  | Rio Manguetzel                    | Rio  | Rio, manguezal   | Rio                               | Manguezal                          | Rio Várzea                               |
| Percepção da qualidade/quantidade de pescado | Reduziu                                   | Ruim devido a barragem de Canindé | Reduziu  | Reduziu  | Aumentou                          | Reduziu                            | Reduziu                                  |
| Alteração no preço dos produtos              | Aumentou                                  | Aumentou                          | Não teve                                       | Não teve. Teve aumento                                     | Diminuiu                          | Aumentou                           | Aumentou                                 |
| Principal meio de comercialização            | Atravessador e Venda Direta ao consumidor | Atravessador                      | Venda direta e feiras                          | Atravessador, Feira, Venda direta ao consumidor            | Atravessador/Venda direta e Feira | Atravessador                       | Venda direta e Feira                     |
| Acessibilidade ao trabalho                   | Fácil acesso                              | Fácil acesso                      | Não tem  | Fácil Acesso   | Difícil acesso                    | Fácil acesso                       | Difícil acesso                           |

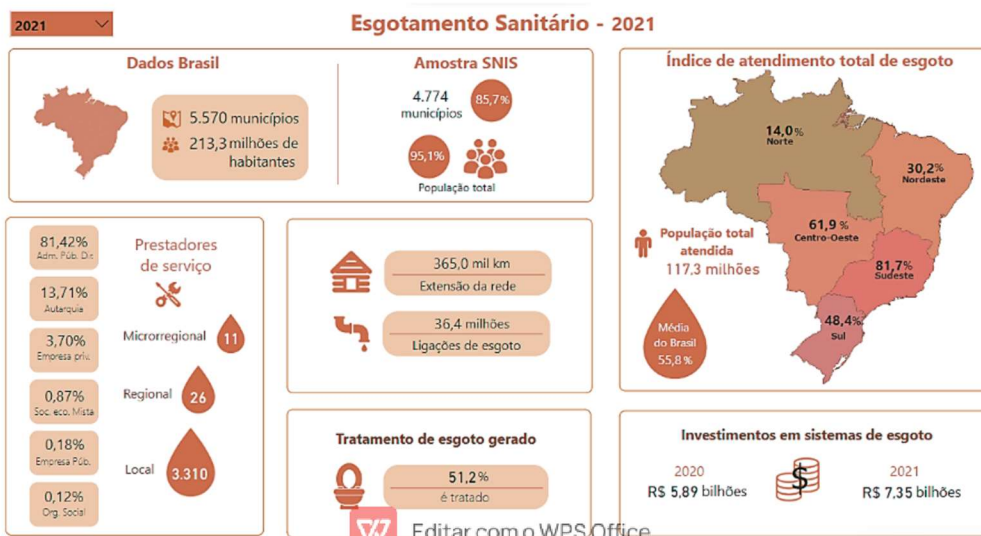
Beatriz também ressaltou que a pesca envolve toda uma cadeia para esse profissional realizar sua atividade, desde o material de pesca, preparação anterior até a comercialização. Para exemplificar, Beatriz mencionou uma experiência em relação à pesca do aratu (muito forte no sul da Bahia). As mulheres passam duas horas dentro do mangue pescando, precisando de pelo menos 10 horas fora do mangue para completar aquele ciclo de atividade delas, desde a preparação, até beneficiamento e comercialização.

- Atores que se relacionam com a pesca artesanal:
  - INSS - seguridade social;
  - Codevasf - controle da vazão do rio;
  - CHESF- barragens, vazão;
  - IBAMA/Política ambiental - fiscalização da pesca;
  - IMA -fiscalização;
  - Marinha - fiscalização;
  - Ministério da Agricultura - Secretaria de pesca;
  - RGP;
  - Casal (água e esgoto) - poluição, esgoto;
  - CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - instância de participação, apenas Penedo citou e tem assento;
  - UNICAFES-AL - Apoio financeiro;
  - FEPEAL - Federação dos pescadores (capacitação, apoio político).

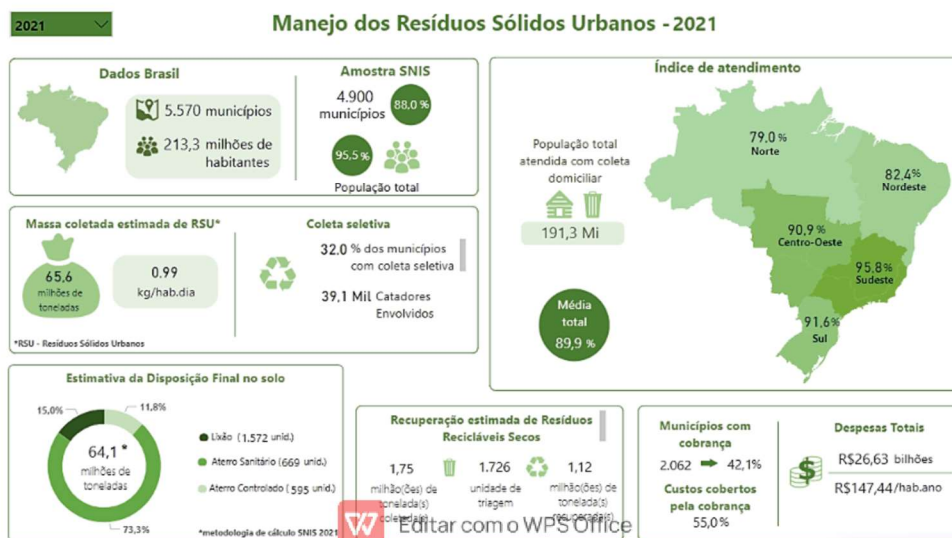
Relacionamento com a prefeitura (relação frágil - trabalham de forma independente). O que essas instituições demandam das prefeituras? Quase nada. É importante que haja uma relação de mão dupla. Políticas públicas municipais para a pesca artesanal não foram encontradas mesmo diante, por exemplo, do seguro de defeso atingir praticamente 20% da população desses municípios, principalmente em Pacatuba para Piaçabuçu.

- Considerações Finais:
  - Empoderamento e proteção social dos pescadores e pescadoras;
  - Gestão compartilhada e participativa;
  - Gestão Costeira Integrada;
  - Regionalização da gestão da pesca no São Francisco: alto, médio, submédio e baixo;
  - Necessidade de acompanhamento da sanidade do pescado com transparência e comunicação adequada (Poluição);
  - Valorização das instituições de monitoramento e pesquisa: Rede de Pesquisa do São Francisco na pesca artesanal (UFMG, Cemig, Unimontes, Univasf, Codevasf, UNEB, UFRPE Serra Talhada, UFAL Penedo...);
  - Pesquisa participativa junto aos pescadores e pescadoras;
  - Utilização de instrumentos como Resex, TAUS para proteção dos territórios dos pescadores (as), além de atuação das UC já existentes;





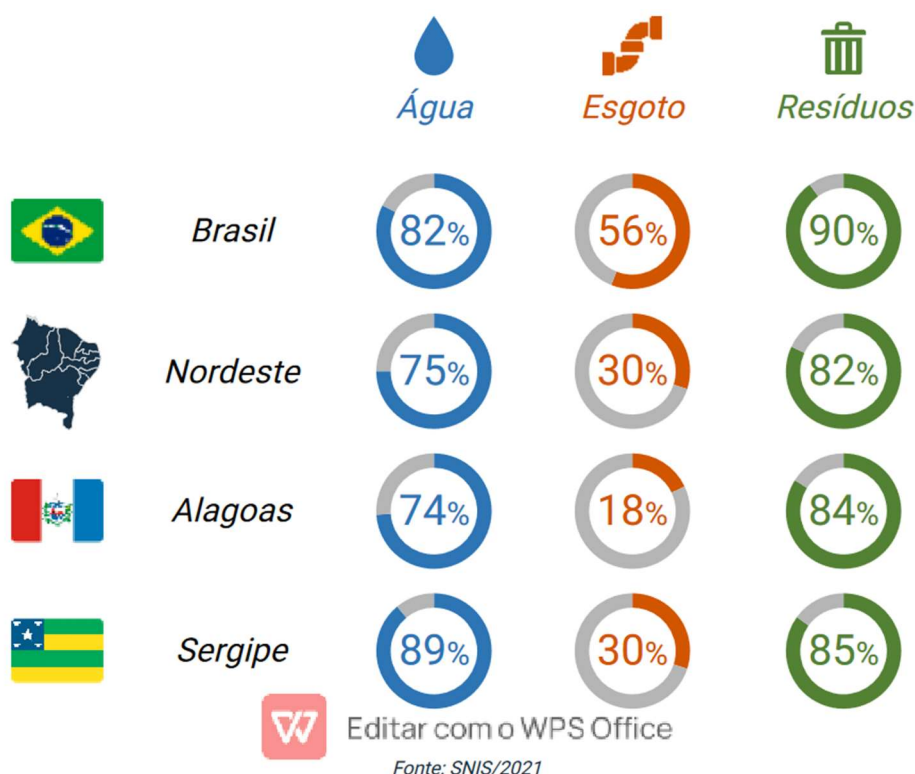
Fonte: SNIS/2021



Fonte: SNIS/2021

Além disso, os seguintes dados sobre a distribuição de água, esgoto e resíduos de 2021, retirados do SNIS, foram também apresentados:





As ODS também foram um ponto de destaque durante a apresentação. Das 17 ODS, Pedro Lira escolheu 3 delas para compor sua pesquisa:

- 6 – Água potável e saneamento:
  - Assegurar a disponibilidade gestão sustentável da água e saneamento;
- 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:
  - Tornar municípios e assentamentos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
  - Inclui metas para urbanização, mobilidade, gestão do saneamento e desastres.
- 12 – Consumo e produção responsáveis:
  - Assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo;
  - Metas para a redução de desperdícios e geração de resíduos sólidos.

Principais informações obtidas de cada município estudado na pesquisa:

- Fonte de captação:
  - Rio São Francisco: Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis, Pacatuba, Penedo e Piaçabuçu
  - Poços artesianos: Pacatuba e Feliz Deserto.
- Desafios na distribuição:
  - Brejo Grande: Coloração amarela durante cheias;
  - Ilha das Flores: Falta ocasional por 1 a 2 dias;
  - Neópolis: Presença de tubulações antigas;
  - Pacatuba: Bomba queimada e reservatório insuficiente;
  - Penedo: Não foram relatados;
  - Piaçabuçu: Baixa frequência e água salgada com odor e cor amarelada;
  - Feliz Deserto: Vazamento no reservatório principal.
- Cobertura do saneamento básico:
  - Alguns atingiram 100%;



- Intervenções da CODEVASF;
  - Uso de fossas sépticas.
- Problemas com o saneamento:
  - Áreas sem saneamento básico;
  - Água que precisa de tratamento;
  - Interrupções no abastecimento de água;
  - Tubulações antigas presentes;
  - Presença de água salobra;
  - Falta de coleta de resíduos sólidos.
- Mecanismos de Planejamento:
  - Brejo Grande: Não tem planejamento;
  - Ilha das Flores: Não houve resposta;
  - Neópolis: Não houve resposta;
  - Pacatuba: Não soube responder;
  - Penedo: Planejamento estratégicos;
  - Piaçabuçu: Não houve resposta;
  - Feliz Deserto: Não tem planejamento.
- Criação de Projetos Ambientais:
  - Pacatuba: Coleta seletiva;
  - Feliz Deserto: Projeto de preservação das nascentes.
- Fiscalização e Controle Ambiental:
  - Brejo Grande: Não realiza;
  - Ilha das Flores: Realiza fiscalização ambiental por meio da Secretaria de Obras;
  - Neópolis: Realiza Fiscalização e Controle Ambiental;
  - Pacatuba: Realizadas por Consórcio;
  - Penedo: Não realiza;
  - Piaçabuçu: Não há resposta;
  - Feliz Deserto: Realizadas Fiscalização e Controle Ambiental.
- Penalidades definidas:
  - Neópolis: Compensação ambiental e embargos e notificações;
  - Pacatuba: Não há penalidades.

## Desafios Hídricos

- Percepções de Poluição de Água:
  - Impactos nas espécies aquáticas;
  - Aumento de resíduos sólidos e líquidos;
  - Brilho e viscosidade;
  - Presença de resíduos de agrotóxicos.
- Órgãos para denúncia:
  - CODEVASF;
  - DESO: Companhia de Saneamento de Sergipe;
  - Conselho Municipal de Meio Ambiental;
  - Câmara de Vereadores;
  - ADEMA: Administração Estadual do Meio Ambiente;
  - CBHSF: Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco;
  - IBAMA.
- Principais Problemas com o Saneamento:
  - Impactos nas espécies aquáticas;
  - Aumento de resíduos sólidos e líquidos;

- Resíduos de agrotóxicos;
- Desmatamento das margens;
- Áreas sem saneamento básico;
- Água que precisa de tratamento;
- Interrupções no abastecimento;
- Tubulações antigas presentes;
- Presença de água salobra;
- Falta de coleta de resíduos sólidos.
- Tomada de decisões:
  - Neópolis: Decisões de proibição, denúncia para a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Obras, ações de fiscalização com orientação;
  - Pacatuba: Conscientização ambiental, com apoio à implantação da coleta seletiva pela cidade;
  - Penedo: Articulação com a Secretaria de Infraestrutura aborda a gestão de RS e iniciativas como a Fiscalização Preventiva Integrada.

### Cooperativas de Reciclagem

- A má gestão de resíduos contamina o meio ambiente e ameaça a qualidade de vida;
- A Política Nacional de Resíduos Sólidos desde 2010 prioriza a gestão de resíduos desde a não geração até a disposição final adequada;
- Ela transforma resíduos em ativos econômicos, impulsionando a reciclagem e colocando as cooperativas no centro da economia circular;
- Cooperativa de Reciclagem está atrelada aos 3 pilares fundamentais da sustentabilidade:
  - Ambiental (Contribui para a redução dos resíduos descartados);
  - Social;
  - Econômico.
- Reciclagem:
  - Penedo: Recicla Penedo
    - 5 funcionários e 0 funcionárias;
    - Principais atividades: Coleta e venda de resíduos sólidos;
    - Principais desafios: Roubo de equipamentos; falta de conscientização da população; e dificuldade de acesso.
    - Interação com autoridades locais: Recebe apoio da Prefeitura, com a doação de EPIs, cesta básica e auxílio financeiro.
  - Piaçabuçu: Associação de Jovens Recicladores Rurais Leiton da Conceição Santos (ALECONS).
    - 13 funcionários e 13 funcionárias;
    - Coleta de óleo de cozinha e produção de sabão;
    - Principais desafios: Escassez de recursos financeiros; pouco apoio da Prefeitura; pouca participação da comunidade;
    - Interação com autoridades locais: Dificuldades na comunicação e obtenção de respostas do Poder Público.

### DEBATE

**DEBATEDORES:** Renato Adriano Ramalho Santos (Piaçabuçu-AL); Lucijane Araújo Santos (Pacatuba-SE)

## **Lucijane Araújo Santos**

Presidente da colônia de pescadores. Todos sabem como está a pesca no Brasil, nossa pesca está reduzindo, queria melhorar, mas como seria ou como será? Iniciando com Pacatuba não temos nenhum apoio nas temáticas ambientais, pelo que está vindo, se os pescadores não se unirem, eles passarão por problemas, e o empreendimento que ainda não foi concretizado, mas desde já forem como o impedimento de transitar ir e vir, sobre apoio municipal não é significativo, “falar é fácil”, mas os pescadores querem ver ação, a escassez é grande, muitos pescadores dependem do seguro defeso para sobreviver, a negligência para com o grupo se estende a três instâncias: Municipal, Estadual e Federal. Os pescadores precisam de ação, relembra que em 2012 ela fundou, sobre muito esforço “cara e coragem”, hoje, busca parceria com outras colônias.

## **Renato Adriano**

Fala que é descendente de pescador, e muitas vezes eles têm olhos de expectador, mas sente a dor que os pescadores do alto, médio e baixo São Francisco sofrem. Parabeniza a fundação pelo evento, que é uma forma de levar essas apostas para as instâncias superiores e formação de políticas públicas (os dados, sendo a bagagem adquirida de alta importância, destacam que o atravessador ganha muito em comparação com o valor irrisório ao pescador, muitas vezes as colônias são incoerentes logo, uma instituição deve dar esse suporte. Nascido em Pontal do Peba, ele vê que os pescadores se subjugam ao sistema, e ao invés de buscar união, fica à mercê do seguro defeso.

O gasto com a manutenção desse modo de vida é caro, até mesmo a parada em um trecho para consertar um barco é ausente, existe muita coisa irregular no seguro, há pessoas agrícolas recebendo como pescador. A carência no âmbito educacional e saúde é alta, não há apoio das esferas superiores, cabe ao município assumir essa lacuna. A ignorância, muitas vezes, promove a baixa adesão à luta, vai ter comida? Menciona que a uma negligência política, recorda que a fala de Beatriz Mesquita, que existe a poluição invisível que pode não impactar diretamente a rotina humana, mas a rotina ambiental sim, vemos o peixe bonito, mas não sabe que há dentro, por fim parabenizar pelos dados.

## **DEBATE: ABERTURA PARA PERGUNTAS/RESPOSTAS**

- 1) **Qual é a qualidade do peixe criado em cativeiro e aquele que é retirado diretamente do rio?**
  - a) **Beatriz Mesquita:** Não se tem muita informação pois varia. Mencionou que, em relação a diferença proteica, mesmo as espécies que são retiradas diretamente do rio podem sofrer alterações. Isso não depende de um único fator, mas, sim, de muitas variáveis, que necessitam ser analisadas com cuidado, como: a espécie de peixe cultivada, a alimentação ingerida pelos peixes etc. Em Penedo, há um curso de engenharia de pesca que pode ter pesquisas relacionadas ao assunto, para ter respostas mais elaboradas e aprofundadas.
  - b) **Renato Adriano:** Em relação à questão da diferença entre um peixe criado em cativeiro e um peixe vindo diretamente do rio, vai depender do próprio ambiente porque se o local cativo estiver sem a manutenção adequada e ofertar microrganismos, assim como o peixe que estiver solto na natureza (que pode ser afetado pela poluição da água).
- 2) **Denúncia a respeito do cadastramento de falsos pescadores para possuir o registro profissional de pescador e receber o “Seguro Defeso”: Como isso ocorre? As colônias de pescadores são responsáveis por essa situação, já que elas não verificam rigorosamente a veracidade do título de pescador que um indivíduo assume para si?**

- a) **Beatriz Mesquita:** Há canais específicos que são mais adequados para esse tipo de denúncia ser feita. Uma das coisas que a nossa sociedade não utiliza são esses canais específicos e necessários para esse tipo de denúncia. Há o local e data certa para ela ser realizada. Já circula nos meios de comunicação a preocupação que o Governo Federal está tendo em relação ao “Seguro Defeso”. É difícil fazer uma gestão desse tipo de política pública. É fundamental que a sociedade possa também ajudar a combater o problema citado, desde a instituição de pescadores que está aceitando o registro dos falsos pescadores, até as gestões locais, como a prefeitura. O principal é a relação do registro de pescadores (RGP) porque se alguém não é pescador, antes de dizer que esse indivíduo não pode receber o seguro defeso, significa que ele não deve ter o registro de pesca.
- b) **Lucijane Araújo:** Isso já vem acontecendo há muitos anos. Atualmente, o Governo Federal disponibiliza um sistema frágil e falho para fazer o cadastramento do registro de pescador. Qualquer pessoa pode chegar em qualquer lugar e se cadastrar como um cidadão que exerce a atividade de pesca na região. O governo diz que se alguém tiver um RGP, já pode ser considerado um pescador. Mas as colônias de pescadores não têm nada a ver com isso, até porque elas não podem impedir ninguém de fazer algo. A culpa é das autoridades governamentais. Para fazer um registro profissional na colônia de pescadores, é necessário receber as assinaturas de dois pescadores para comprovar a legitimidade da profissão. Apesar de o governo não ter controle sobre isso, as colônias sabem bem reconhecer quem é ou não pescador, devido aos vários anos de trabalho.
- c) **Renato Adriano:** Está faltando estudos específicos para cada área. Por exemplo, no Pontal do Peba, o valor é pouco. É necessário aumentar o seguro defeso porque o preço do camarão não é suficiente.
- d) **Membro da plateia:** Lamenta que a colônia de pescadores presente no evento não tenha sido convidada para a Expo Pesca 2023, que reuniu algumas colônias de pescadores de Sergipe, Alagoas e Bahia. A biologia marinha realmente está sendo alterada por alguns fatores. O “Seguro Defeso” incompatível com os outros estados está fazendo com que ainda o pescado, em processo de reprodução/amadurecimento, seja coletado antes do tempo. Os estados estão em um estudo através da Universidade Federal de Sergipe e outras universidades para que os três estados consigam seguir uma linha de defeso. Assim, espera-se ir de encontro a problemática. É importante, para isso, a participação de todas as colônias de pescadores.

### 3) Comentário sobre o selo de inspeção.

- a) **Beatriz Mesquita:** Esse é um assunto que está sendo muito discutido em Pernambuco. Existem alguns colegas do IPA (Instituto de Pesquisa de Pernambuco) que estão fazendo um trabalho específico com o selo arte na pesca artesanal. Pelo que foi acompanhado, alguns problemas dificultam a utilização do selo arte no pescado artesanal. Há uma mestranda que está desenvolvendo, em sua tese de mestrado, um selo específico para a pesca artesanal. É uma ideia muito interessante. A ideia não é certificar a qualidade do pescado, até porque é algo muito difícil de ser feito em razão de todas as exigências da vigilância sanitária. Mas, ela pretende fazer um selo socioambiental para mostrar que o pescado é oriundo da pesca artesanal.

### 4) Por qual razão a pesca do Rio São Francisco, em Penedo, aumentou? Considerando o quê? Seria devido às últimas duas vazões que ocorreram no Rio São Francisco, que acabou contribuindo para a reprodução dos peixes de várias espécies?

- a) **Beatriz Mesquita:** Não, o Presidente da colônia de Penedo que foi entrevistado por Beatriz e sua equipe falou que o aumento da vazão se deu devido a mesma justificativa que foi apresentada por um membro da plateia. Isso mostra a hipótese de contaminação. A Chesf está realizando reuniões dentro da colônia. É uma mudança de atitude muito interessante e importante.

**5) Comentário sobre o valor nutricional do pescado.**

- a) **Renato Adriano:** A indústria alimentícia está mascarando muitas coisas. Por exemplo, as pessoas que gostam de comida japonesa não sabem que o salmão distribuído por aqui, na verdade, não é um salmão, mas uma espécie de salmonada. Eles dão uma ração, que faz a carne do peixe ficar alaranjada, e as pessoas comem como se fosse salmão.

**6) Comentário sobre a captação de recursos.**

- a) **Renato Adriano:** O Governo Federal envia recursos financeiros direcionados para a educação, saúde e até assistência social, mas não envia recursos direcionados ao meio ambiente, especificamente para as políticas públicas voltadas à população ribeirinha, indígena ou quilombola.

Observação: No final da programação da manhã, Renato Adriano comentou que o presente preparado para os debatedores no final do debate, uma cesta, pode deixar de existir, já que estão abrindo espaços para a criação de gado e lavouras, o que está prejudicando o capim usado para o design. Além disso, o Rio São Francisco também está sendo afetado.

**PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS PELOS DEBATEDORES**

- Falta de apoio do município para os pescadores da região (gestão municipal e estadual)
- Categoria pesqueira (descaso) é o último problema para o governo (seguro pesqueiro)
- Falta de valorização e conscientização do governo em relação aos pescadores (políticas públicas frágeis e salário baixo)
- Auxílio financeiro
- Pagamento para quem não é pescador (problema)
- Falta de espaço para realizar o trabalho
- Falta de políticas de saúde para os pescadores - políticas públicas
- Dificuldades para levar informações para outras comunidades e a rejeição da própria sobre os dados apresentados
- Poluição não é vista (rotina humano não é afetada, mas sim a ambiental)
- Fiscalização a respeito da qualidade dos peixes que vão parar no prato das famílias (Peixe saudável) (“N” fatores)
- Direitos trabalhistas frágeis em relação ao trabalho dos pescadores
- Qualidade de peixe criado em cativeiro e do peixe vindo diretamente do rio
- Denúncia sobre cadastramento de falsos pescadores no “Seguro Defeso”
- Elaboração de selo artesanal
- Existem projetos em relação a pesca
- Diferença de vazões no rio
- Pescadores artesanais prejudicados
- Governo responsável por falhas no sistema a respeito do cadastramento de pescadores (“falsos pescadores”), que permite o cadastramento de qualquer pessoa que se autodenomine pescador

- Captação de recursos para o meio ambiente, especificamente às populações ribeirinhas, pois elas não são consideradas uma prioridade dentro do orçamento (incluindo os pescadores da região)
- Retomada de estudos/pesquisas
- Reforço da participação das colônias de pescadores nos debates

## **ENCAMINHAMENTOS**

Denúncia sobre a prática de pesca com arpão (pesca ilegal) - Canais adequados de denúncia

### **MESA 4 - INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS: AÇÕES DE PESQUISA E GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL**

**Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)** retomou a fala e avisou a plateia sobre a venda do livro autografado do Sr. Toinho também convidou Maira Egito para coordenar a mesa.

**COORDENAÇÃO: Maira Egito (IFAL)**

## **PALESTRA**

**José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)**

Saudou a todos presentes, agradecendo o convite e citando a importância do evento. Iniciou explanando sobre a grandeza da Bacia do São Francisco que contempla fragmentos dos biomas: mata atlântica, caatinga e cerrado e é utilizada principalmente na agricultura irrigada, geração de energia elétrica, abastecimento humano, navegação fluvial, pesca artesanal, aquicultura, turismo. Destacou que a população que vive na bacia é caracterizada por imensa diversidade social e econômica, representada por muitos povos e comunidades tradicionais. Introduziu a funcionalidade das bacias hidrográficas ao informar que a partir da lei 9.433/97 a gestão de recursos hídricos passa a ser feita pelo Comitê de Bacias a fim de descentralizar a gestão dos recursos hídricos, e diminuir conflitos da primeira instância. As competências do comitê são: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos (PRH) da bacia; acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) é o primeiro comitê do país a ter uma deliberação que normatiza todo procedimento de conflito pelo uso e sua composição conta com 62 membros titulares e 62 membros suplentes, com representantes do poder público (32,2%), usuários (38,7%), comunidades indígenas (3,3%), sociedade civil (25,8%).

Citou as vinte e duas grandes metas programadas para serem realizadas durante os anos de 2016-2025 dando destaque ao projeto “implantação de sistema de abastecimento de água do povo indígena Kariri Xocó” no município alagoano Porto Real do Colégio em uma área considerada sagrada pelo povo. O projeto permitiu acesso à água potável para indígenas que utilizavam água de qualidade insatisfatória de poços; melhorou a qualidade de vida e saúde da população indígena e têm uma garantia de atendimento para os próximos 20 anos. Citou também a implantação de sistemas de



fossas agroecológicas no povoado Sítio Nazário, projeto que deu muito certo e já conta com 12 comunidades programas para recebê-las; mencionou projetos como cisternas de água para consumo humano e para produção, e, aplicação de fontes de energia alternativas à madeira como projetos no âmbito da sustentabilidade hídrica do semiárido.

Sobre recursos financeiros o plano de aplicação plurianual (PAP) 2021-2025 está organizado em 4 grupos de finalidade: gestão de recursos hídricos, agenda setorial, apoio ao comitê de bacia hidrográfica, manutenção do comitê de bacia hidrográfica e da entidade delegatária. Destacou alguns projetos como a mobilização social “vire carranca” e o plano de educação ambiental que será aprovado na câmara da cidade de Penedo, mencionou também que o COBHSF apoia outras ações de educação ambiental a exemplo a Expedição Científica do Baixo São Francisco.

Encerrou fala citando que pesca artesanal no Baixo São Francisco é completamente diferente em suas regiões (alto-médio-baixo), o primeiro seminário sobre pesca artesanal foi realizado na cidade de Penedo e gerou um debate conflituoso pois em Minas Gerais estavam buscando autorização para pescar o Pirá abundante por lá porém praticamente extinto na região da cidade sede do evento. Aspirou que discussões sobre o período de reprodução dos peixes, em especial da piracema voltem. Citou a necessidade de uma aproximação entre entidades presentes e fórum de instituições de ensino e de pesquisa da COBHSF a fim de democratizar o acesso a informações e pesquisas que são realizadas.

### **José Vieira Silva (UFAL)**

Saudou a todos e deu início a fala citando que a Expedição Científica do Baixo São Francisco é formada por três coordenadores, Emerson Soares, José Vieira Silva e Themis Silva e teve seu início em 2018 contato com o apoio único e exclusivo do CBHSF, mas hoje conta com outras instituições como investidores, portanto não é mais apenas um trabalho apenas da UFAL. Tem como objetivos centrais o programa hidroambiental de monitoramento da saúde do rio fazendo avaliação completa de tudo que se há no rio; estudo dos aspectos sociais e da saúde humana da população ribeirinha destacando que a população se encontra doente devido a poluição dos rios; programa de educação ambiental. Possui 35 áreas de investigação/pesquisa, cita arqueologia subaquática que ajuda a contar história do rio através da descoberta de sítios e naufrágios, uma descoberta feita ano passado ajudou a mensurar que o rio já era navegado antes mesmo de 1500 esse trabalho é realizado pela equipe da UFS (Universidade Federal de Sergipe), mencionou também tratamento não convencional de efluentes pois a presença de fármacos, hormônios, herbicidas e pesticidas que estão acima do permitido para consumo humano o que causa doenças em diversos níveis, em casos mais superficiais doenças de pele, analisam também a qualidade de água com ênfase nos índices de coliformes fecais que podem causar disenterias para a população que o consome, estudam também o estresse oxidativo e histopatológico para medir o nível de estresse dos peixes que vivem nos rios, através disso pode-se observar diminuição do tucunaré, diminuição do pacu, aumento de pirambeba, aumento de piau preto de três pintas e pouca diversidade no rio, a ecotoxicidade e genotoxicidade analisa o impacto de poluentes nas células reprodutivas dos peixes que causam problemas para a diminuição da reprodução dos peixes, análises bioquímicas e moleculares na qual houve dificuldade de atingir o público alvo devido à falta de interesse por parte dos gestores públicos grande parte da população foi diagnosticada diabética, ISTs e HPV também foram diagnosticados durante os testes, pessoas apresentavam doenças de quarto mundo.

Biologia parasitária identificou doenças tropicais negligenciadas; saúde da mulher exame citológico, rastreamento de HPV; colo-proctologia e nefrologia busca prevenção do câncer colorretal, diabetes, hipertensão, obesidade e distúrbios renais; rastreamento do câncer de boca, orientações preventivas, 142 pacientes examinados, 17% casos positivos; qualidade de vida da pessoa idosa aplicação do questionário EUROHIS para avaliar autopercepção da qualidade de vida, 54 pessoas idosas 32 mulheres e 22 homens; educação em saúde foi realizada com estudantes crianças e

adolescentes e tratou da promoção da qualidade de vida e do autocuidado, foram atendidas 400 crianças elaboração e distribuição de material didático-educativo foram feitas capacitações e oficinas. Saúde animal forneceu castração cirúrgica para cães e gatos, teste rápido para leishmaniose que foi detectada com alto índice de incidência e orientações técnicas aos profissionais do município.

Quanto a área de conhecimento fitoplâncton, este está se alimentando de microplásticos, acumulando essa matéria ao longo de toda cadeia trófica, para além dos fitoplânctons, o microplástico já está sendo consumido por outros peixes a inspeção visual foi feita usando 33 amostras nas quais em todas a presença do microplástico foi detectada. O microplástico se acumula nas paredes dos vasos sanguíneos, sendo um risco à saúde humana também.

A avaliação acústica de peixes de importância durante a captura facilitam o manejo produtivo; ecologia de manguezais dinâmica populacional dos mangues que está sendo afetada devido a má qualidade da água que chega aos mangues; microbiologia do pescado análise da qualidade do pescado comercializados em feiras livres dos oito municípios incluídos na pesquisa resultado na concentração de *Salmonella* e fungos; esporte e sociedade; juventude e lazer; sensoriamento remoto e fragmentação florestal; geoprocessamento e matas ciliares; mata ciliar; educação de barcos, educação náutica/marítima; letramento geográficos e estatístico para população ribeirinha; AKAUANA: um jogo de conexão com as águas; fossa agroecológica e educação ambiental; educação ambiental como foco para crianças; meio ambiente recursos hídricos e prevenção de desastres naturais.

Citou livros, cartilhas, materiais produzidos e publicados e material educativo distribuído nas escolas ribeirinhas, tudo viabilizado pela equipe Ascom e divulgação científica. Destacou como mais importante a transmissão ao vivo da expedição com interação de crianças de outros países (Estados Unidos, Austrália, Canadá e Reino Unido) devido a falta de interesse do Brasil. Finalizou agradecendo aos parceiros, apoiadores e investidores.

### **Igor da Mata Oliveira (UFAL)**

Saudou a todos e iniciou apresentação sobre projeto MapSãoFrancisco que tem como objetivo principal mapear de populações e regiões em zonas de risco de inundação no Baixo São Francisco, fez apresentação introdutória sobre características geográficas da região e apesar de sua importância histórica, cultural e social e dimensão sofre impactos de diversas ordens cujos mais notáveis são as barragens, citou também as intervenções na bacia que se acumulam no Baixo São Francisco.

O projeto foi elaborado há dois anos e teve início a um ano e meio, partiu para situação da atuação tendo como grande problema as barragens, a regulação da vazão e os pulsos horários que leva a visível erosão e acelerado e severo assoreamento criando situação em que o volume pode não ser amortecido em caso de inundação gerando planificação do rio com relação a margem, em caso de um possível evento extremo em que seja necessário liberar muita água o nível de estação seca que é aproximadamente um infográfico com a perda de calha a água fica muito mais espalhadas, ou seja, a nova várzea impactaria muito mais comunidades, uma vez que os usos e ocupações da planície natural, nunca foram controlados hoje ocupadas, podendo ocorrer nos seguintes períodos: chuvas de verão em Minas e Baixo São Francisco, através do Rio Paracatú: que possui ciclo natural que alto São Francisco suprimento essencial de água para manter os fluxos e Rio Grande tributário perene importante outro ciclo chuvoso mas que pode trazer água com inundações incrementais. O fluxo máximo autorizado é de 8.000 m<sup>3</sup>/s, porém nas últimas grandes inundações do baixo São Francisco (aprimorado por inundações incrementais), o fluxo atingiu 13.696 m<sup>3</sup>/s, saídas maiores que o máximo autorizadas significaram operações emergenciais com a abertura de vertedouros.

Citou que a falta de gestão faz com que o controle seja determinado pelo setor elétrico independente de outros interesses de uso, destacou que o setor elétrico não é necessariamente um vilão mas por vezes vítima da falta de variedade e opções; o Brasil é um dos únicos países do mundo com um sistema integrado de distribuição de energia desse porte (Tucuruí, Xingó, Furnas e Itaipu) reforçando importância do baixo São Francisco para abastecimento energético de todo país; todo o

sistema se baseia na satisfação da procura energética: não há previsibilidade nem respeito por quaisquer outras necessidades humanas ou ecológicas; é o setor elétrico que declara situação de enchente e não a Agência de Águas. Portanto, se faz necessário desenvolver poligonais correspondentes às áreas alagadas em eventos extremos, pois elas possibilitam gerar mapas com os diversos cenários possíveis: a base para um Plano de Ações de Prevenção e Emergência em caso de grandes enchentes, a intenção com tudo isso é provocar a realização de um plano de emergência e investir em prevenção pois é mais difícil lidar com consequências posteriores, em algumas regiões se encontra um vazio cartográfico dificultando a noção de até onde os danos de uma cheia podem chegar, o mapeamento é importante pois é uma questão de segurança, identidade, preservação e sem ele não há acesso a políticas públicas não existem instrumentos básicos para criação de gestão.

O projeto tem como objetivos mapear preventivamente populações em situação de injustiça socioambiental sob risco de alagamentos/inundações; disponibilizar ao público os produtos fabricados, de forma gratuita e de fácil acesso; possibilitar as condições para o desenvolvimento de um plano de gestão ecossistêmica e participativa; viabilizar ações de prevenção e resposta a eventos extremos que coloquem em risco e vulnerabilidade às populações e o patrimônio natural da Bacia do São Francisco, assim que projeto iniciou contataram equipe do HOT (Humanitarian OpenStreetMap Team) que forneceu formação de qualidade e com baixo custo.

O primeiro passo é mapeamento de lagoas e planícies de inundação marginais intermitentes levando em consideração o contorno de todas as várzeas e lagos, isso foi feito utilizando o tasking manager disponibilizado pelo próprio HOT. Todas as lagoas até o momento foram mapeadas pelo MapSãofrancisco e estão em sistemas públicos oficiais, que hoje utilizam o OpenStreetMap como base cartográfica (ANA, Marinha do Brasil, CBHSF, etc.) sem custo para a nação, um agravante é que diversas lagoas marginais em áreas urbanas foram e continuam sendo ocupadas sem controle, favorecendo situações reais de risco em caso de grandes enchentes. A metodologia de modelagem de inundações segue o modelo MDE (Modelo digital de elevação) e tem como base de dados: pontos de verificação - localização e altitude (GPS geodésico); comparação com GPS RTK; verifique sua precisão; MDE - por exemplo SRTM - Missão de Topografia de Radar Shuttle; acesso aberto para todo o Brasil; registro do nível do rio - validação e calibração do modelo e avaliação de fatores geomorfológicos, as metodologias contribuíram para os Marcos de Ação de Sendai/Japón (ONU, 2015). Explicou que para o Baixo São Francisco foi finalizado o mapeamento de populações e começarão a ser feitas projeções através da calibração do modelo com imagens do satélite pois é mais barato que ir a campo determinando assim as poligonais das cheias e colocando em um aplicativo que pode gerar alertas por SMS para pessoas cadastradas, mencionou o Projeto Maria desenvolvido recentemente e é mapeamento análise para resposta inteligente à inundações e alagamentos, tem intenção de complementar essas informações para um futuro projeto o “rio bate aqui” que consiste no resgate de marcas em edifícios e saberes tradicionais e taxas históricas de inundação. Alguns dos impactos positivos são a elaboração de tecnologias colaborativas, um protótipo de drone aquático já está pronto, além de alguns manuais elaborados em inglês e português. Citou várias formações e eventos nacionais e internacionais nos quais o projeto foi apresentado, frisou importância do mapeamento para gestão (intermediação de conflitos), acesso a direitos (políticas públicas), dados abertos, preservação dos territórios tradicionais, visibilidade (identidade, pertencimento, empoderamento). Finalizou agradecendo todos os colaboradores e parceiros do projeto.

## DEBATE: ABERTURA PARA PERGUNTAS/RESPOSTAS

- 1) Luiz (Neópolis) para **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** saudou a todos e alegou estar impressionado com o volume de dados mostrados, tocou na questão das fossas ecológicas ao dizer que Neópolis-SE tem uma área muito grande de casas populares que são construídas em frente aos rios e alegou que lá não há preocupação em construir fossas

ecológicas, perguntou também se o COBHSF pode ajudar o município nesse quesito. Em uma área do rio São Francisco lá houve um estudo de impacto ambiental e por Neópolis não ter o tratamento de esgoto adequado os coliformes fecais tiveram aumento de taxa de 200%. Questionou também qual o nível de preocupação com o uso desenfreado do agrotóxico na poluição dos rios. para **José Vieira da Silva (UFAL)** questionou se teria como acontecer alguma feira de ciências na cidade de Neópolis.

Resposta: **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** revelou que o comitê acolhe todos os municípios da Bacia e lançam chamamento públicos, quando é algo relacionado ao município enviam ao gabinete do prefeito pedindo que se inscrevam e dando as informações, fizeram três chamamentos públicos: projetos de esgotamentos para cidades que não fizeram privatização do serviço, fizeram chamamento para fossas ecológicas e nenhum estado de Sergipe se inscreveu os doze municípios escolhidos foram imprerterivelmente áreas rurais pois é necessário um terreno, também fizeram chamamento para revitalização ambiental. **José Vieira da Silva (UFAL)** sobre feira de ciências em Neópolis, o governo de Sergipe foi procurado várias vezes para participar das ações do projeto e nunca houve resposta, o grande excesso que se tem quanto a questão de agrotóxicos partem por parte do próprio agricultor.

- 2) Pessoa não identificada - Indagou **José Vieira da Silva (UFAL)** sobre a questão da poluição que acontece no Baixo São Francisco, comentou sobre experiência em um seminário de projetos de preservação ambiental e questionou se os impactos mostrados nesta pesquisa são provenientes apenas das ações degradantes da população do Baixo São Francisco ou se comportamento da população do médio e alto São Francisco também interferem nos resultados. Comentou sobre viveiros na região e questionou impacto negativo da criação de camarão, comparou com pesca de arrasto e questionou qual das duas práticas impacta mais negativamente o meio ambiente

Resposta: **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** criação de camarão é desastre em nível regional, principalmente no lado do estado de Sergipe, estão acabando com manguezais para construir áreas de criação, é necessária investigação de campo junto com a IFPI para identificar quem financia isso. Sobre resultados da expedição o comitê já colocou recursos, conversou e investiu para que a expedição fosse realizada em outras áreas como o alto e médio São Francisco, mas nunca conseguem devido a falta de equipe interessada e qualificada. **José Vieira da Silva (UFAL)** informa que não há mais ou menos responsáveis pela poluição, o que é feito lá chega aqui, sendo um somatório, o próprio ribeirão não se sente parte do problema pessoas precisam se conscientizar de que o problema também os afeta.

- 3) Cíntia (Assistente Social, Movimento o Pirá) parabenizou os palestrantes e reforçou a importância do serviço público da sociedade que devolve conhecimento para sociedade. Questionou o professor **José Vieira da Silva (UFAL)** sobre os impactos que ele percebeu durante esses seis anos de expedição com relação a subsistência da população regional que hoje não consegue mais viver unicamente da pesca, também comunidades indígenas que viviam e pesca artesanal, quais os impactos? participação da sociedade civil na expedição não somente como ouvintes, mas como mestres de saberes que passam. Ao **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** indagou sobre como se dá as eleições no Comitê e como ele percebe a participação da sociedade civil, ao **Igor da Mata Oliveira (UFAL)** perguntou como enxerga as grandes obras que impactam cada vez o meio hídrico, já que não se existe mais revitalização e se trabalha para prevenir grandes desastres.

Resposta: **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** mencionou orgulho de movimentos sociais como o pirá e respondeu que a eleição irá acontecer em 2025 e que o processo de valorização social é realizado ao longo de toda bacia, através de uma equipe contratada. Sobre a questão das obras mencionou que a transposição e usinas nucleares são assuntos discutidos

pelo comitê que também realiza estudos sobre prováveis impactos. **Igor da Mata Oliveira (UFAL)** respondeu que não sabe como mobilizar sociedade devido a inversão de valores atuais, já que as pessoas que preocupam mais com wi-fi que com a água, quanto a participação da sociedade como cidadania é possível ser feita em algumas ações, como por exemplo laboratório de investigação manejo da pesca da UFAL Penedo possui excelente relação com pescadores artesanais, conseguem a participação efetiva em algumas demandas e oficinas e citou que gestores participam apenas das discussões quando são pressionados pela sociedade, a coletividade deve ser construída e atuante. **José Vieira da Silva (UFAL)** respondeu que a base alimentar de comunidades ribeirinhas e tradicionais vem afetando diretamente a saúde da população.

- 4) Beatriz (FUNDAJ) parabenizou palestras e enfatizou que a região dispõe de muito conhecimento a disposição, superior a outros municípios e regiões estudados na pesquisa, parabeniza Igor (UFAL) pela tecnologia e preocupação social. Pediu que todos contextualizassem de forma geral como cada um consegue dialogar com as governanças dos municípios da região.

Resposta: **José Maciel Nunes de Oliveira (COBHSF)** Relatou necessidade do diálogo com outros municípios e destacou que é uma tarefa difícil devido a resistência dos municípios circunvizinhos, que raramente mudam o posicionamento inicial, mesmo que os eventos sejam abertos ao público, mencionou que foi pensando em criar um fórum de prefeitos do Baixo São Francisco para transmitir informações e discutir temas, mas os prefeitos dos municípios não aderiram. **José Vieira da Silva (UFAL)** o feedback por parte dos prefeitos e secretários em todos os municípios é ineficiente, lenta e desinteressada.

- 5) Maira Egito (IFAL) Reforçou pergunta de Beatriz ao perguntar como os três veem os gestores municipais, os desafios e interações harmônicas com gestores locais, reforçou também pergunta de Cintia ao questionar como a sociedade civil pode se integrar mais ou se já se integra.

Resposta:

## PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS PELOS PALESTRANTES

Maciel:

Diversidades de povos e culturas na bacia do Rio São Francisco

Competências do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Metas do PRH - cumpridas

Salinidade da água

Implantação de sistema de abastecimento de água do povo indígena Kariri Xocó

Implantação de sistemas de fossas agroecológicas no povoado Sítio Nazário

Proteção e isolamento do território do povo Kariri Xocó

Comunicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Educação Ambiental - Elaboração do Plano de Educação Ambiental 2023

Ações vinculadas à Educação Ambiental apoiadas pelo CBHSF: Expedição São Francisco e Fiscalização Preventiva e Integrada (FPI)

Liberação da Pesca do Pirá

Fórum de pesquisas na Bacia do Rio São Francisco para ampliação de conhecimentos



José Vieira da Silva:

Área de conhecimento: Arqueologia suba  
TOG Tratamento não convencional de efluentes - 42 amostras  
Qualidade de água  
Biologia do estresse oxidativo e histopatologia  
Ecotoxicologia - Genotoxicidade  
Saúde Pública  
Doenças graves nas populações ribeirinhas  
Biologia Parasitária  
Saúde da Mulher - 100 atendimentos  
Colo-proctologia e Nefrologia  
Rastreamento de câncer bucal  
Qualidade de Vida da Pessoa Idosa  
Educação em saúde - 600 crianças  
Saúde Bucal infantil - situações graves de higiene bucal  
Saúde animal - castração e zoonoses  
Fitoplâncton se alimentando de plástico  
Fitoplâncton e microplásticos  
Microplásticos  
Avaliação acústica de peixes de importância durante a captura  
Ecologia de Manguezais  
Microbiologia do Pescado  
Esporte e Sociedade

Igor da mata:

Pontos positivos do mapeamento  
Barragens, regularização, erosão, sedimentação no Rio São Francisco  
A erosão acelerada e o assoreamento  
Impactos  
Possíveis inundações podem acontecer  
A falta de gestão faz com que o controle seja determinado pelo setor elétrico - Independente de outros interesses de uso  
O Brasil é um dos únicos países d  
Riscos da evasão da água  
Sem mapeamento, não existem políticas públicas  
Mapeamento de lagoas e planícies de inundação marginais  
Várzeas e lagoas marginais intermitentes retornam ao mapeamento  
Metodologias para a região do Baixo São Francisco  
Materiais e equipamentos tecnológicos desenvolvidos  
Baixo São Francisco não tem condições de estabelecimento de outras reservas

## **DEBATEDORES:**

Integração da sociedade civil nas questões ambientais  
Criação de tecnologias capazes de auxiliar nas questões ambientais locais  
Saneamento - é de utilidade do município  
Áreas prejudicadas/quase destruídas para a criação de camarões (Manguezais)



Pouca atuação dos municípios em relação às políticas públicas para benefício dos municípios e da população

Não mobilização da sociedade civil (crise de valores - pouco interesse) em relação às questões ambientais. Por isso, muitos projetos e outras melhorias são esquecidos.

Políticos são nossas caras refletidas no espelho - reforma política, educacional e midiática para a sociedade se mobilizar

Participação em eventos nacionais e internacionais

Ribeirinhos não se sente participante

Neópolis se mostrou pouquíssimo interessado no meio ambiente

Todos devem mudar, tanto a gestão quanto a sociedade civil

Incompetência técnica dos gestores públicos

## **PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS NO DEBATE PELA PLATEIA**

Importante a elaboração de projetos eficientes e também de baixo custo

Diálogo com governança dos municípios da região

### **ATIVIDADE CULTURAL - Miguel Gama (IFAL)- Voz e Violão**

Momento cultural onde o jovem Miguel Gama (IFAL), junto com sua equipe, trouxe um repertório musical do Nordeste.

- Edneida Cavalcanti (FUNDAJ) - Edneida retoma a fala agradecendo a atividade cultural.
- Beatriz Mesquita (FUNDAJ) informa sobre a disponibilidade das fotos, da relatoria e dos textos no site da Fundaj em Drive, e indaga sobre a possibilidade de disponibilidade das apresentações ao público, em seguida passou a fala para Edneida.

## **MESA 5 - AÇÕES E SOLUÇÕES PARA A REGIÃO COSTEIRA DO SÃO FRANCISCO**

**COORDENAÇÃO:** Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)

- **Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)**, coordenadora da mesa e mestre de cerimônia, continuou falando que além dos desafios, é possível visualizar ações e soluções na área da temática ambiental no Baixo São Francisco, tendo em vista que é muito estimulante além de analisar os problemas, pensar em caminhos que o contorno, mediante a grande gama de ferramentas disponíveis, desde a produção de conhecimento, criação de iniciativas que favorecem o município quanto a seu fortalecimento e estruturamento. Seguiu abordando e explicando as atividades acadêmicas de cada membro da próxima mesa.

### **PALESTRANTES:**

**Luciana Khoury** (Ministério Público-BA)

-Programa Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) na Bacia do Rio São Francisco.

**Dilmar Ribeiro Dourado** (Ministério Público-BA)

-Projeto Município Ecolegal- Gestão Ambiental Municipal: Desafios e Perspectivas.

## **Luciana Khoury (Ministério Público-BA)**

Iniciou a fala agradecendo o convite feito pelo IFAL e pela FUNDAJ para o evento e o privilégio de estar na cidade de Penedo, fez uma homenagem (In memória) ao seu Toinho Pescador, Antônio Gomes dos Santos, e lembrou que estiveram juntos no Supremo Tribunal na luta contra a transposição do Rio São Francisco. Afirmou, que ela e Dilmar Ribeiro Dourado são municipalistas, pois acreditam que o município pode e tem força para atuar sobre temática ambiental, ressaltou que muitas vezes entes como o IBAMA não dão o mesmo valor a todas as esferas de governo para o assunto em questão.

Enfatizou que, em 2022, o programa, que nasceu em 2002, completou 20 anos de pesquisa no FPI, e hoje apresenta mais de 20 parceiros, contudo, acredita que ainda tem muito a melhorar quanto às demandas do Rio São Francisco. Destacou a expansão do programa para Alagoas em 2014 e o diversos prêmios recebidos, como o objetivo geral do programa é melhorar a qualidade ambiental da Bacia e a qualidade de vida do povo de São Francisco, e os específicos é melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos da Bacia; fiscalizar danos na Bacia do Rio São Francisco; reparar integralmente os danos ambientais identificados e regularizar empreendimentos e atividades produtivas na Bacia; diagnosticar e fomentar a implementação de políticas públicas; prevenir a ocorrência de novos danos e reparar os presente, através de Educação Socioambiental, além de orientar as organizações.

Detalhou a trajetória do programa, em 2022 nasce o FPI; depois novas equipes são criadas, o meio natural, o cultural, do trabalho e construído são inseridos; ocorre a ampliação das equipes e dos participantes; adquiriu o apoio do MMA; o apoio do Comitê CBHSF, de SE, PE, BA e AL; a expansão da FPI para Alagoas em 2014; a expansão da FPI para Sergipe em 2016, a expansão da FPI para em 2017; a expansão da FPI para Pernambuco, em 2018; e que aos 20 anos, o programa já conta com 200 pessoas e 20 equipes. Informou que em 2019 foi criado o Programa de Boa Prática Ambiental, continuado e permanente, que diagnostica os danos ambientais e implementa sanções administrativas que, em apoio ao FPI, servem de base para a responsabilidade civil e criminal dos infratores ambiental; que em 2020 recebeu o prêmio da CNMP 2020 na categoria: Indução de Políticas Pública, e destacou o comprometimento com o cumprimento das ODS.

Os princípios de atuação, que eles intitulam como “metodologias de trabalho”, também foram explanados, como o programa continuado que não é uma operação pontual, o aperfeiçoamento que é constante, as decisões são coletivas e democratizadas, em junção da sociedade civil, as instituições parceiras, todos os órgãos e entidades são igualmente importantes, todos os órgãos e entidades são igualmente importantes, a comunicação é assertiva na busca por justiça socioambiental, destacando que os impactos ambientais acontecem em todas as áreas, levantando demandas de respeito a todas formas de vida, contudo, sempre são sentidas de forma mais intensamente nas comunidades mais humildes, vulneráveis.

Destacou como funciona a FPI, por meio da articulação entre órgãos; definição coletiva da região; ações de inteligência; definição de critérios para a atuação; definição de prioridades, elaboração de mapas e geoespacialização; e como é feita a execução de campo, em 15 dias; com reunião de abertura e avaliação durante os trabalhos; quesitações e relatórios padronizados; encontros durante as atividades; formação de equipes de trabalhos; fiscalização, diagnósticos e educação; e informou sobre a utilização do Sistema de Informações Gerenciais da FPI (SIGFPI), o qual foi criado com o objetivo de desenvolver um Banco de Dados para dar suporte ao programa, a partir da automação do processo de fiscalização, permitindo a emissão de questionários, cadastramento de empreendimentos fiscalizados, emissão de relatórios gerenciais, entre outras funções.

Ressaltou a grande relevância para a atuação do Programa na Bahia, pode ser ainda mais explorado e mais bem alimentado, como destacou o uso de tecnologias, como o MAPA BIOMAS, e que através desses dados levanta ações. Pontuou as questões como o trabalho feito pela equipe de saneamento e a temática dos resíduos sólidos, em que são feitos relatórios e as burocracias são

resolvidas pela FPI. A análise da qualidade da água é feita em tempo real usando os laboratórios de universidades. Ressaltou que como foi dito em falas anteriores, pelos convidados de Neópolis-SE, o programa identifica muitos problemas relacionados ao uso de agrotóxicos, e nesse contexto, destacou importância de se ampliar programa sobre o uso dessas substâncias, tendo em vista que afetam além das questões ambientais, a qualidade de vida da população, logo, mediante as frentes, problemas e questões, ações de educação ambiental voltadas para causas importantes das regiões são necessárias, pois a informação assegura, dentre outras coisas, a saúde das pessoas.

Mediante a tantas demandas e provimentos, lembrou que em novembro deste ano, foram designados 270 profissionais trabalhando em 10 municípios, com uma duração entre 13-15 dias, e esse empenho garantiu a formação de um banco de dados que assegura explicações futuras, pesquisa e realização de outros destronamento, ressalta que melhorá-los é um grande desafio, contudo sabe-se que são de grande importância, pois podem resultar em políticas públicas, as metodologias de trabalho, dados de diagnóstico, monitoramento, cuja responsabilidade civil e penal pelo Ministério Público (MP), comprováveis são divulgadas para os órgãos que trabalha com políticas públicas, porém, o acompanhamento precisa ser continuado, para facilitar a acessibilidade a esse dados será criado um site único com um bancos de dados sobre toda a Bacia, como forma de garantir maior acesso, pois sua falta pode atuar como impedimento, para os gestores, a sociedades e para os órgãos que trabalham com políticas públicas, abordando ações, desdobramentos e os materiais abordados.

Explanou todas as 17 equipes que o programa dispõe, a Equipe de Saneamento; Equipe de Gestão Ambiental, Equipe de Gestão Ambiental, que atua diretamente no município; informou que estão na produção do Ofício do Carranqueiros, com o auxílio de Maciel, de modo que se estabeleça a nível nacional, porém, é bem demora, em seguida continuou; Equipe de Povos e Comunidades Tradicionais; Equipes Especiais, a depender da região, para evidenciar na prática, enfatizou que 27 equipes entraram em campo na Bahia na última etapa, em Juazeiro quanto detectou uma grande mortandade de peixes, uma equipe ficou sozinha responsável por essa questão, e até hoje está trabalhando para fechar o diagnóstico e tomadas as medidas cabíveis e necessárias, contudo, muitas equipes demandam muito trabalho.

Pôs em evidência os grandes esforços no combate aos lixões em SE e AL, em Paulo Afonso-BA, deram apoio as associações se conseguiram ampliar de 9 mil para 40 mil municípios atendidos por aterros sanitários, ainda tá longe de ser o ideal, a tramitação de acordos para implementação de coleta seletiva ainda repercute, nesse contexto, esgotamento sanitário, saneamento, e abastecimento, afirma que a luta é constante, mesmo assim, a parcerias com universidades e instituições garantem a realização da análise da água, seguiu, Equipe de Patrimônio Espeleológico e Arqueológico, Equipe do Patrimônio Cultural e Material, pois defender a Bacia do São Francisco não é só defender a água, só peixe, só planta, é defender todas as formas de vida que dele dependem e o seu patrimônio; Equipe Agrotóxicos, visitas a fazendas e locais de criadouro, como produção de relatórios, aproveitou o momento para pedir desculpas a professora Edneida (FUNDAJ), pois o seu currículo lattes está desatualizado, há pontos que estão mantidos, outros que já mudaram, então, ressalta que hoje integra o Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e Pela Agroecologia, o qual tem mostrados dados muito importantes quanto ao uso da substância, e em uma região da bacia detectaram que muitos agrotóxicos não estão sendo monitorados pelo Ministério da Saúde, contudo portaria de saúde permite que o FPI amplie sua atuação, mas ainda é necessária a ampliação do monitoramento. Informou que trabalha como o abastecimento de água no Coruripe, local que antes sofria com a escassez, e busca ampliar esse trabalho. Segui com as equipes, Equipe Rurais; Equipe Abatedouros e Indústria de lácteos; Equipe de Fauna Silvestre; Equipe Piscicultura; Equipe Extração Mineral e Cerâmica; Equipe Barragens; Equipe de Apoio e Coordenação; Equipe de Comunicação; Equipe Aquática. Por fim, após passar rapidamente por os grupos, trouxe em destaque a Equipe de Gestão Ambiental, que será debatida por Dilmar Ribeiro Dourado irá argumentar posteriormente.

## **Dilmar Ribeiro Dourado (Ministério Público-BA)**

Saudou a todos os presentes, informou que durante a fiscalização preventiva integrada, também tem a atuação da Gestão Ambiental Municipal, são realizadas duas ou três equipes desta categoria atuando, sendo dívida em área jurídica, que acompanha as leis da prefeitura, a Política Nacional do Meio Ambiente, o conselho, e uma equipe da área técnica, em que conta com profissionais como um engenheiro ambiental, que irá analisar as demandas referente a temática.

No estado da Bahia, que possui alguns princípios de licenciamento diferentes de outros Estados do nordeste, neste cenário, é aplicada a quesitação aos municípios, sendo a equipe técnica também direcionada para a monitoria de processo de licenciamento ambiental e fiscalização, a equipe de gestão responsável pela análise jurídica, no ato da visita, faz solicitação das leis para serem aplicadas no escritório, visto que no momento da entrevista não é possível analisar toda lei no momento da fiscalização. Lembra que anteriormente, eram aplicados no mínimo três processos de licenciamento e pelo menos três processos de licitação, e eram levados para o escritório cópias para análise, visto que muitos desses municípios não tinham pdf. Contudo, foi detectado que era muito demorado a produção de tais cópias, então, foi desenvolvido a quesitação, com no mínimo 12 páginas, contendo os quesitos a serem solicitados, e aplicada na secretaria no momento da entrevista, exceto casos extremos, realizando mais rapidamente o processo de auditoria, e dela é desenvolvido o relatório.

Explicou algumas das perguntas da quesitação, exemplo, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) questiona se tem, se é aplicada, se tem decreto em transcurso; sobre os município interroga quais são os aspectos gerais, como quais as principais atividades econômicas atuantes, sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente (SMMA), indaga se tem, quem são os órgãos setoriais, pergunta sobre o local da secretaria, sendo, então abrangido, quem é sua equipe técnica, se tem diretor, quem é o secretário, se tem plano diretor, se tem a lei do conselho, ou está incluído na PNMA, se tem Conselho de Meio Ambiente (CMMA), qual é a composição, se é bipartite, tripartite, se é paritário, quem são os conselheiros, qual o tempo de mandato, da mesma forma indaga pontos específicos sobre o processo de monitoramento, fiscalização e licenciamento. Destacou que no estado da Bahia, há o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (PGAC), o qual apoiou os municípios e favorece a sua estruturação para ter policiamento ambiental e desenvolver o licenciamento ambiental.

Trouxe uma reflexão sobre a importância da realização de concurso público nessa área, se o técnico é concursado, logo, possui maior segurança para realizar certas ações, além do fiscal adquirir condições de fiscalizar empreendimentos com poder de polícia, muitas vezes que deveriam estar a cargo da própria prefeitura, cumprindo, assim, o que na lei (SISMUMA). Nesta consta que o próprio município precisa desenvolver mecanismo fiscalizatórios, equipes. Também vinculado ao programa, faz indagações se o Estado está dando suporte para as demandas do município, quem é a equipe técnica, quantos são relatórios emitidos por mês, por semanas, por ano, sobre o SMMA, como é feita a captação de recursos, para onde são direcionados, e quais os desdobramentos feitos pelo MP, sendo isso mais interno do trabalho feito pelo FPI, afirmou que também fazem o papel de mediação, pois um dos objetivos é direcionar o município, como foi dito por Luciana.

Mais uma vez retoma o concurso público, pois é fundamental que o município tenha uma órgão organizado, estrutura e isso está vinculado ao concurso, sendo esse órgão, com equipe técnica formada, capaz de visualizar o três meio, biótico, abiótico e socioeconômico, multidisciplinar, acompanhar esse secretário, se tem mobília, se tem carro pra fazer fiscalização, e se é capaz de desenvolver ações ambientais, após isso retomou alguns pontos citados, e informou sobre a formação de fóruns, onde são convidados os secretários, os conselheiros, todos os técnicos municipais, e a sociedade e se necessário. em exemplo, citou o ocorrido em Juazeiro, em seguida passou a fala para Luciana.

## Luciana Khoury (Ministério Público- BA)

Retomou a fala, e salienta que Dilmar Ribeiro aprofundou um pouco sobre a equipe da categoria Gestão Ambiental, mas, as demais equipes também carregam conteúdo, foi sintetizado devido ao tempo de apresentação, contudo informou ao público que caso tenham interesse sobre a FPI, ela se entra espalhadas pelos estados, reconheceu que o sentimento do público para com o programa é divergente, mas destaca que a intenção é a melhor possível e que estão abertos a melhorar, volta, então, a temática dos desdobramento, explanando que ficam sobre as atividades administrativa em cada órgão, responsabilidade civil e penal pelo MP, a implementação políticas públicas aperfeiçoamentos do programa (site, indicadores, outros) peculiaridades a serem destacadas por região, monitoramento e acompanhamento e educação.

Destaca os processos de aperfeiçoamento do programa que estão em constante discussão, trabalhando com aprovação do resultados, pelo Comitê do São Francisco tiveram a aprovação de um consultor para falar sobre os bioindicadores, e estão tentando ver outra consultoria, pois, segundo ele, para entender a dinâmica da bacia é preciso visualizá-la como algo sistêmico, e realizar estudo ao passo que levanta áreas de proteção, disse que aqueles que tiverem interesse podem acompanhar o instagram do programa, @fpibahia, e as do demais estados estarão no site. Pediu desculpas pela rapidez da apresentação, tendo em vista os muitos detalhes e segue para o outro bloco de slides, destaca que a FPI é um tipo programa, e o que ela ministrou a partir daquele momento é “filho” do primeiro, Município Ecolegal Projeto de Gestão Ambiental Municipal, pois além de apoiar, acompanhar e incentivar, eles precisam agir de mão forte, cobrar, pois o município de BA, diferentemente dos de AL e SE, “quiserem andar de moto desde os 5 anos de idade”, ou seja, houve um super estímulo do estado para o desenvolvimento projetos de licenciamento, de tal forma que o processo ficou banalizado, o ditado era “vamos licenciar”, não precisa de equipe técnica, não precisa de consultoria, o que aconteceu, Luciana Khoury relatou que o cenário era 350 municípios da Bahia licenciando ao mesmo tempo, houve casos em que chegaram em um município baiano com mais de 50 processos, sem parecer técnico, sem consultoria, sem a devida análise, e a técnica, uma consultora, responsável por eles, sendo indagada sobre onde eles estavam, respondeu: “estão todos na minha cabeça”, e no máximo entregou papéis soltos, inclusive José Maciel estava presente, e outros casos piores, como o que ela intitulou de “equipe”, visto que apenas uma pessoas atuava em todas as etapas da análise ambiental, ou seja, um caos, contudo, fato é, sem uma equipe mínima para gerência, conselho, é impossível licenciar, contudo, pode acontecer se tiver estruturas para tal.

O Programa Município Ecolegal, parte de um cenário cheio de desafios como o modelo de desenvolvimento atualmente adotado, o qual se baseia na exploração à exaustão de bens ambientais, com uma injustiça socioambiental forte, onde há conflitos por territórios e por água, sendo os povos e comunidades tradicionais os mais afetados, tendo seus direitos violados, pois os grandes empreendimento s tendem a se estabelecer nesses espaços, além da baixa concordância e ações participativas, sendo nesse contexto a atuação dos municípios. Diante do exposto, lembrou a o artigo 225 da Constituição de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, ressaltando que é dever do Poder Público instaurar as políticas públicas municipais, cabendo vários princípios, o da precaução, da prevenção, e vários outros.

Destacou que antes de tudo, a primeira discussão que se tem que ter, compreender o meio ambiente e o que seria protegê-lo, logo, a secretária, os conselheiros e os demais entes devem conhecer bem sobre o que vão trabalhar, qual meio ambiente estão atuante, tendo em vista a vastidão de meios como o cultural, natural, material, artificial, do trabalho, e se apenas uma deles for contemplado, não haverá proteção do meio ambiente como um todo, mas de uma parte dele.

Reflete sobre os direitos e deveres que precisam ser cumpridos por todos para o bom funcionamento do sistemas, muitas vezes os direitos são enaltecidos em detrimento dos deveres,



sendo assim, a população tem o dever com diversos entes públicos, e eles com o “poder” que lhes dado, cumprir seus deveres, então, tem-se o dever da administração pública municipal, do Poder legislativa, que precisa criar leis mais protetivas, mas, infelizmente, sempre é visto leis federais e estaduais que deixam a desejar, enfatizou que vivemos um retrocesso legislativo, explica o fato de que naquela semana foi aprovada o Projeto-de-Lei (PL) veneno, na ocasião todos os senadores votaram a favor, e seguia para o presidente da repúblicas, existe, toda uma campanha mobilizando pelo “Veto Presidencial”, contudo, destaca que para ter sido uma votação praticamente unânime, já é algo combinado, de deixar passar, só apenas uma senadora votou contra, ou seja, faltou pouco para ser aprovada. Nesse cenário, afirmou que as atitudes devem ser tomadas “de baixo para cima”, e para isso aposta muito nos municípios e no seu poder de criar normas mais rígidas, sobre as questões dos agrotóxicos, lembrou a criação do programa na Bahia, Regulação Terrestre com Distâncias, distâncias dos criadores de abelhas, dos corpos d’água, das pessoas, para poder se estabelecer medidas protetivas.

Desse modo, o Poder Judiciário, o Ministério Público tem a obrigação de realizar a defesa eficiente do meio ambiente, artigo 23º estabelece as competências e na lei complementar 140 de 2011, e aproveitou para indagar se o público presente conhecia tal lei, e indica a leitura da mesma, em seguida explanou que ela estabelece a regulação das competência da união, do estado e dos municípios, em relação a promoção de atividades de educação ambiental e a determinação das áreas que devem ser protegidas, como as Unidades de Conservação, os encaminhamentos, a lei atua no estabelecimento da Política municipal do Meio Ambiente, mas ademais atribuições ficam a cargo do município, como a fiscalização. Trouxe um pouco do que a lei 140 traz sobre a fiscalização, e ela diz que a competência de fiscalização é comum, ou seja, é de responsabilidade comum, nesse contexto, resgatou o IBAMA, órgão importantíssimo para o Brasil que passou por problemas sérios, os quais foram relatados pela professora ontem, mas, graças a Deus, está retomando o seu papel, mesmo assim, sua atuação não invalida a atuação do município, o fiscal do IBAMA não é mais importante que o fiscal do município, mas, esse fiscal municipal deve ser concursado e ter a finalidade de trabalhar para o bem público, contudo, está enraizado na população a dependência aos entes maiores.

Compartilhou então um caso em que a Secretária de Meio Ambiente de um município estava com pleno funcionamento, fiscalizando tudo em Santa Maria - BA, e os vereadores interpretaram o cenário como prejudicial aos seus interesses e decidiram revogar a Lei do Meio Ambiente, então a procuradoria mandou uma carta informando aos políticos que eles não podiam tomar tal atitude, mesmo assim deram continuidade, o FPI, então, entrou com um Ato de Inconstitucionalidade e conseguiu frear o trâmite. Comentou que as modificações estruturais a favor do meio ambiente tendem a incomodar os setores, lembrou que participou de um caso em Abaré - BA em que um empreendimento (posto de combustível) e uma fábrica de produção de cerâmicas, ambos eram do prefeito da cidade, que não atendia às demandas ambientais, logo, mediante a esse cenário é fundamental o fiscal concursado, pois eles tem espaço para atuar, o contrato se o fizer no outro dia é expulso, diante disso o concurso garante que o fiscal faça o trabalho e dê continuidade a ele, configurando um forte poder de polícia, indelegável ao contrato ou consultor, vale destacar que mesmo um remanejado pode, desde que uma portaria o regulamente. Abordou que os empreendimentos que, não são, mas tem total abertura para licenciamento como pesca com bomba e criação de animal em cativeiro, qualquer indivíduo pode fiscalizar, não vai regularizar o pássaro que saiu da natureza, mas o que foi criado em cativeiro, legalmente constituído, então, o IBAMA, a ADEMA, o IMA deve atuar. Em frente a isso, trouxe um cenário hipotético em que Penedo e Coruripe tem que licenciar um posto de combustível, mas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente recebeu a denúncia de derramamento, convoca o IMA, mas quem deve? os dois podem, segundo o artigo 17, pela lei complementar, todos os órgãos devem fazer cessar o danos, agora se o empreendimento não é licenciado, o município tinha que ter anteriormente licenciado, mas se não é, o primeiro órgão que aplicar a medida vai valer, mas se for licenciado, outro órgão pode fiscalizar? pode sim, mas em uma



situação de dano significativo, se sobrepõe o que foi dito, a multa dada, pelo órgão que o licenciou, salienta o quão completa é essa lei e aqueles que tiverem dúvidas podem recorrer a ele.

Sobre o licenciamento, mostrou que a lei brasileira diz que o município pode licenciar o que for impacto local a partir do que o Conselho Estadual estabeleça, os parâmetros de impacto ambiental, contudo ele deve respeitar dois requisitos previstos no artigo 15 da lei, caso contrário, o município deve recorrer a opção supletiva da atuação de licenciamento, pois é poder de polícia e também indelegável, mas nesse caso ele pode atuar com ação supletiva do órgão estadual, que se aplica aos municípios, que Dilmar falou, que não tem órgão ambiental estruturado, uma equipe técnica do meio físico, biótico, social e econômico, a exemplo, o município de Oromandia tinha significativa demanda de mineração, por isso contava com engenheiro de minas, geólogo, mas o município que não conta com atividade de mineração, este não carece desses profissionais, ele vai direcionar a composição da equipe de acordo com as principais demandas locais, devido a isso a lei não dita e nem deve dizer quem compõe, mas deixa em aberto ao estabelecer “técnicos próprios ou em consórcio”, mas a problemática é que os consórcios estão designando erroneamente os recursos humanos, na Bahia, mais precisamente na região da Chapada, dois técnicos da mesma área, destinados a atenderem 28 municípios, abandonaram o serviço a seis meses, assim, a procuradoria solicitou a suspensão do processo de licenciamento e comunicou o Estado, em suma, o município precisa ter alguns tópicos um órgão ambiental capacitado, equipe técnica qualificada para as demandas e atividades produtivas realizadas, ter termos de cooperação entre os municípios, ter CMMA ativo e atuante, afirmou que discurso das professoras sobre essa entidade foi importantíssimo, porque nesse cenário, o parecer técnico é preparado e enviado para o conselho para deliberação. Seguiu abordando que o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) deve contar com uma lei, existe uma minuta de lei como referência o fundo de licenciamento que deve ser regularizado, afirmou que estão tentando disponibilizar no site, mas é de difícil localização, assim, que a tiverem irão mandar para as pesquisadoras, continuou explanando que a minuta é muito aberta e gera alguns problemas que foram detectados e alguns cancelamentos de licença estão sendo feitos. política de meio ambiente deve ser mais protetiva.

Afirmou que leu uma papelada que consta que Penedo não está com o fundo ativo, e isso é indispensável, pois é dele que vem os recursos, ressaltou que é obrigação de todos os municípios fazer fiscalização, eleição por segmento, o conselho (CMMA) deve ser de competência consultiva, deliberativa e normativa e recursal. O CMMA é o maior órgão dentro do município pois conta com a prefeitura e sociedade civil. Argumentou que o Conselho deve estar aberto a todos os membros da sociedade, e segundo o que ouviu da professora, o ente faz uma audiência pública para a eleição dos representantes, e isso está dentro do padrão, o que a lei impede é a imposição das entidades participantes, a exemplo inserir obrigatoriamente em cada cadeira um membro, por exemplo, da Igreja Batista, e assim sucessivamente, porque deve ser feito por segmentos, seguindo um protocolo de prazo e demais.

Afirma que os conselhos, devem ser divididos em setores como consultivo, normativo, deliberativa e recursal, o conselho se configura como maior órgão, pois tem a presença da prefeitura e da sociedade civil, então, ele pode deliberar sobre as demandas do município, não todas necessariamente, mais a mais princípios, os conselheiros precisam estar atentos.

Por fim, pediu perdão pela ultrapassagem do tempo e encaminha para Dilmar R. Dourado.

### **Dilmar Ribeiro Dourado (CBHSF)**

Iniciou confirmando a fala de Luciana Khoury (Ministério Público-BA) e afirmou que o Programa Município Ecolegal é uma iniciativa de apoio ao meio ambiente e que atua em parceria com o MMA, com o objetivo de garantir a adequada gestão ambiental municipal através do acompanhamento e cobrança do Sistema Municipal do Meio Ambiente (SMMA) nos municípios.

A execução das demandas ambientais passa pela promotoria de Justiça, pelo promotor regional ou local da temática ambiental e quem dá o apoio é a equipe formada pelo Município Ecolegal, composta por ele e Geysa, dando apoio a esses promotores. A metodologia se trata da aplicação da visitação, da mesma forma que a FPI, o demanda de trabalho é tal que tem é preciso ter uma FPI só no projeto, porque com esse órgão eles vão a campo, com o programa eles detectam as necessidades do município ou ele mesmo mostra sua demanda e envia para que eles façam a análise dos dados, tem investigações com pré-análise, ofícios e recomendações, celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ajuizamento de Ação Civil Pública (ACP), recomendação de suspensão de licenciamento, ações públicas e capacitações.

O palestrante ressaltou que no último ano fizeram quatro, duas fora da bacia e duas dentro. Destacou que foram expedidas 48 Recomendações (2023/ dados das Promotorias); firmados 90 TACs (2023/ dados das Promotorias); ajuizadas 15 ACPs (2023/ dados dos Promotorias); produzidos 260 relatórios Técnicos (2023); dão apoio às promotorias em audiências e eventos.

Ainda, como foi dito, as capacitações realizadas em 2023, tiveram encontros sobre gestão ambiental em diversos municípios, com pontos de capacitação em Euclides da Cunha (01 Curso de capacitação sobre Licenciamento e Fiscalização Ambiental), em Mucugê, em Juazeiro e em Carrancas, na cidade de Maceió (IV ENCONTRO DE CARRANCAS DA CIDADE DE MACEIÓ/AL), compondo um total de 56 encontros até 2023. Relembrou como foi falado anteriormente e trouxe dados sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, 33% dos municípios não possuem PMMA, e 66,7% possuem, com destaque de que muitas dessas políticas precisaram ser refeitas; sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente, 28% possuem conselhos ativos, e 72% não possuem; sobre Fundo Municipal de Meio Ambiente, 48,6% dos municípios não possuem, e 51,4% possuem; sobre Licenciamento Ambiental Municipal, 47,50% dos municípios não possuem, ou seja, estes licenciam irregularmente, e 52,50% possuem; sobre a presença de uma equipe multidisciplinar do Órgão Ambiental, 95,60% dos municípios não possuem, e 4,40% possuem; sobre Fiscalização Ambiental Municipal, 77,90% dos municípios não possuem, e 22,10% possuem.

Nesse contexto, muitos licenciam, mas não fiscalizam, ressaltou que todos esses dados foram obtidos CT-SISMUMA/2019, baseando-se em 196 Relatórios analíticos. Destacou as dificuldades com a falta de cultura da Administração e da população sobre o papel do Município; ausência de orçamento específico e de repasse de recursos; equipes técnicas sem concurso e incompletas, dificuldades na informação e transparência; insuficiente comunicação entre órgãos; questões políticas e alternância de gestões; estímulo ao licenciamento sem todas as condições necessárias; e as potencialidades como o fato de é no Município que as coisas acontecem; há maior possibilidade de conhecimento dos problemas ambientais, maior possibilidade de continuidade da ação, maior conhecimento das suas riquezas, dos seus valores, e da sua importância; há cooperação entre os Órgãos e entes da federação indispensável, seja Municípios, consórcios, dentre outros.

Por fim, agradeceu e explanou a equipe do Equipe Projeto Município Ecolegal, composto por Yuri Lopes Mello (Promotor de Justiça Regional Ambiental de Itabuna Coordenador do CEAMA); Luciana Khoury (Promotora de Justiça Regional Ambiental de Paulo Afonso e Gerente do Programa Município Ecolegal, Geisa Cardoso (Servidora do Ministério Público), e ele, Dilmar Dourado.

Ainda informou sobre o livro “Os desafios da implementação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente”, feito pelo projeto, disponível online no site, que traz temas importantes vinculados às temáticas discutidas.

### **Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)**

Destacou que forma muitas informações e um desafio trazer tudo em tão pouco tempo, e abre a mesa para debates.

## DEBATE: ABERTURA PARA PERGUNTAS/RESPOSTAS

- 1) **Luiz Martins (Neópolis)** saudou a todos, afirmou ouvir de forma atenta a palestra e solicitou a Luciana Khoury (Ministério Público - BA) um gesto de socorro, explanou que em Sergipe, a comunidade passa por algo gravíssimo, as capivaras estão sendo mortas enforcadas, os jacarés mortos a tiros e a pesca é predatória. Afirmou ficar triste em ver a população de capivaras reduzindo em virtude dos crimes cometidos. Pergunta se a FPI pode ajudar a levantar uma bandeira para essa causa?

Resposta: **José Maciel (CBHSF)** afirmou que o município pode não licenciar, mas, precisa fiscalizar, caso não tenha capacidade ou recurso financeiro para tal deve pedir apoio.

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público - BA)** afirmou que tanto a ADEMA quanto o IBAMA devem ter interesse em fazer, mas, prender indivíduos por caça ilegal é um trabalho difícil de ser realizado, nesses casos o Conselho Municipal deve interferir também. Garantiu que falará diretamente com o responsável pelo IBAMA em Sergipe para iniciar o processo, e ainda fará um ofício como encaminhamento.

- 2) **Antenor Nerys (Representando a sociedade civil - Movimento ecológico filhos do Velho Chico - o Pirá)** explanou que sua indagação está relacionada ao fechamento dos matadores, na época do ato, este foi considerado como solução para a questão, mas, hoje, o problema está pior, pois os abatimentos estão sendo feitos embaixo das mangueiras.

Resposta: **José Maciel (CBHSF)** disse que a situação do matadouro era caótica, o efluente ia de encontro a um corpo hídrico, o Ministério Público na época, não somente Penedo, mas, para todos os municípios, para que não se fizesse investimento para matadouros públicos, mas incentivar mercados públicos.

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público - BA)** afirmou ser necessário criar programas para resolução dos problemas, de forma que estes fossem solucionados não pontualmente, mas de uma vez por todas, para tal é preciso pensar e discutir uma maneira de garantir estrutura e alocar nos locais corretos, talvez através da criação de cooperativas. Explanou que foi feito um aviso para esses matadores, de modo que as atividades fossem feitas em locais propícios, logo, se há atividades incoerentes, precisa-se denunciar, para realizações ações mais específicas só é possível com a participação do FPI. Em locais como mercados públicos, abre-se a possibilidade de fiscalizar a origem da carne, contudo, como membro, algum ente pode cobrar a fiscalização. Argumentou que em Sergipe foram fechados os matadores e que a equipe está voltando a fiscalizar os mercados públicos, e é satisfatório ver a reforma que alguns mercados já fizeram segundo as orientações da FPI.

- 3) **Paulo dos Santos (Secretário Municipal de Neópolis)** ressaltou que é de grande importância e relevância essas informações, e indagou se em SE, o IBAMA recebe uma notificação e retorna aos municípios as exigências de fiscalização
- 4) **Beatriz Mesquita (FUNDAJ)** parabenizou Luciana pela apresentação e declarou que o movimento das prefeituras se deve à atuação do FPI. Destacou que os consórcios crescem cada vez mais, e indagou quais outras atividades que podem ser realizadas e qual a opinião do Ministério Público sobre isso?

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público - BA)** afirmou que os consórcios são feitos para resolver essas demandas, contudo, eles cobrem uma parte, mas, a outra fica descoberta,

ou seja o suporte da equipe é ineficiente, a exemplo, apenas dois biólogos não conseguem dar conta de muitos municípios, então, é preciso ter qualidade e quantidade lado a lado. Ressaltou que a quantidade de profissionais distribuída no consórcio é mínima, muitos não concursados, o que dificulta o funcionamento dos consórcios. Por fim, convidou, publicamente, a equipe para participar de uma atividade com equipe do FPI que será realizada futuramente.

- 5) **Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)** acresceu o comunitário e fez uma pergunta, de uma maneira geral temos os municípios com dificuldade em se organizar quanto às questões ambientais, o que poderíamos dizer aos municípios, há ganhos em diversas esferas nas organizações como pela ODS nas questões ambientais.

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público- BA)** afirmou que é preciso ter recurso financeiro que garanta a estrutura municipal, mas, dependem, também, da própria preparação do município, e este deve entender seu local, como o que precisa ser feito. Ressaltou que, muitas vezes, a estrutura básica não existe, para que se possa engajar na luta ambiental é preciso ter uma base forte, dessa forma, o município deve dar o primeiro passo em direção a organização e posteriormente adentrar na temática ambiental. Por fim, agradeceu o trabalho feito e o engajamento, convidou a FUNDAJ, IFAL E UPE para participar no próximo trabalho da FPI, tendo em vista o fortalecimento da luta sobre as questões ambientais.

Resposta: **Dilmar Ribeiro Dourado (Ministério Público- BA)** afirmou que o município não tem noção dos benefícios que uma equipe prontamente qualificada traz.

- 6) **Luiz Martins (Neópolis)** indagou se poderia redigir um documento ao FPI sobre o mau trato animal realizado em Neópolis, pois é recorrente maus tratos em cavalgadas.

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público- BA)** trouxe a perspectiva de que os seres humanos enxergam os animais de forma utilitarista, e isso ainda é algo muito comum, mas, que se tem dificuldade de ver com maus tratos, a polícia também tem dificuldade de ver isso como problema.

A prática do uso de animais em charretes é comum. Os envolvidos com questões ambientais têm lutado para a proibição. Muitas pessoas usam charretes/carroças também como meio de sobrevivência, não existe lei de nível nacional que proíba os hábitos e costumes que maltratam os animais como deixar muito tempo no sol, excesso de peso.

Existe ambiguidade quanto a questões religiosas e habituais em temática de religião de matriz africana como o candomblé, e isso está pacificado. Enquanto a vaquejada, que é vista como evento cultural, na opinião da Dra, esse não deveria ser permitido, mas a ministra não o vê da mesma forma, logo, o que se tem feito são normas que minimizem o estresse animal, algo que não diferencia da cavalgada.

As questões da criação ilegal de papagaios que se encontram em situação de maus tratos, magros, desnutridos, foi avisada. Conflitos de normas entre religião e questões de direito ambiental, os papagaios não participavam do ritual, mas eram apenas efeito decorativo, nada é feito de forma ampla, os casos devem ser analisados de forma particular.

Resposta: **José Maciel (CBHSF)** afirmou que a cultura de vaquejada na nossa região é muito forte, as pessoas andam de cavalo desde a manhã, logo cedo, e só voltam quando o sol está a pino, mas, algumas coisas podem ser disciplinadas, o conselho pode redigir normas, se sensibilizar com a causa, ressaltou que inclusive já existe um projeto na câmara de Alagoas para proibir a tração animal. Salientou que é necessário haver mudança quanto a realização dos maus tratos animais, e enfatizou que não é mais admissível que essas coisas aconteçam.

Por fim, fez um comentário, a cavalcada virou cultura no Nordeste, já teve algumas cavalgadas que foram enviadas denúncias ao MMA, foi direcionado à secretaria.

- 7) **Maira Egito (IFAL)** falou sobre os concursados nas secretarias, indagando sobre o que pode ser feito? A sociedade pode cobrar?

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público- BA)** - O concurso demora para ser feito, não existe apenas cobrar para fazer simplesmente, logo, é preferível levantar pontos, logo, não deve se iniciar os licenciamentos sem ter uma equipe de concursados, pois é necessário saber que o salário é menor, e a migração é algo perto, logo, tem que ter um planejamento. Outro problema é a ausência de uma vertente social como assistente social, psicológico. Paulo Afonso tem 26 cadeiras de meio ambiente e isso é atuante, ter uma agenda ajuda o trabalho.

- 8) **Cíntia Cristina Santos Fontes (Neta de Sr. Toinho)** - indagou sobre quais as possibilidades de a sociedade civil contribuir nessas ações, parabenizou o trabalho interdisciplinar feito pelas instituições, e comentou que sobre o engessamento dos conselhos nesse contexto. Por fim, questionou como a presença de pessoas que vão contra o objetivo de proteger o meio ambiente são tolerados nesses espaços? A exemplo dos apoiadores dos agrotóxicos e gado?

Resposta: **Luciana Khoury (Ministério Público- BA)** defendeu a importância da assistência técnica às áreas rurais. Comentou que existem pessoas da gestão que enxergam ou entendem que a temática da fome só será extinguida por meio da utilização de agrotóxicos, logo, existem coisas que estão fora do alcance, visto que é direito de todos ocupar esses espaços. Mas, afirmou que podemos fazer as lutas, é necessário ter o povo junto dialogando.

**Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)** retomou e agradeceu a todos que estavam presentes na mesa.

Em seguida, a professora **Maira Egito (IFAL)** subiu ao palco e entregou lembranças para os participantes.

#### **PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS:**

- Melhorar a qualidade ambiental da Bacia e a qualidade de vida do povo do São Francisco é preciso;
- O modo de desenvolvimento atualmente adotado baseia-se na exploração à exaustão de bens ambientais, com uma injustiça socioambiental forte, onde há conflitos por territórios e por água;
- Defesa da Bacia do Rio São Francisco em diversas áreas é mais que recomendado,
- É necessário o forte monitoramento dos agrotóxicos utilizados na região;
- Altos investimentos em licenciamento, acabam não dando muito certo, a devido à ausência da análise técnica;
- Estruturação do município é necessária para possa ser efetuado por ele o licenciamento ambiental;
- Dimensões do ambiente precisam ser claras para a equipe técnica do município;
- Elaboração normas mais protetivas do município garantem que ele tenha mais força;
- A implementação da adequada fiscalização ambiental é urgente;
- Muitas vezes, entes como o IBAMA, não dão o mesmo valor a todas as esferas de governo;
- Os impactos ambientais acontecem sempre de forma mais forte nas comunidades mais pobres. levantamento de demandas;
- A informação assegura, dentre outras coisas, a saúde das pessoas;
- Muitos dos agrotóxicos da região não são monitorados pela portaria de saúde;



- Se o técnico é concursado, logo, possui maior seguridade para realizar certas ações;
- Meios como o cultural, natural, material, artificial, do trabalho, precisam ser contemplados da mesma forma, se apenas um deles for, não haverá proteção do meio ambiente como um todo, mas de uma parte dele;
- Artigo 225 (Constituição de 1988) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- Vivemos um retrocesso legislativo, foi aprovada, na última semana, o PL do veneno, na ocasião todos os senadores votaram a favor, e seguia para o presidente da república, existe, toda uma campanha mobilizando pelo “Veto Presidencial”;
- O fiscal do IBAMA não é mais importante que o fiscal do município, mas, esse fiscal municipal deve ser concursado e ter a finalidade de trabalhar para o bem público, contudo, está enraizado a dependência da população aos entes maior;
- As modificações estruturais a favor do meio ambiente tendem a incomodar os setores,
- Fundamental que o fiscal seja concursado, pois, assim, ele tem espaço para atuar, o contrato se o fizer no outro dia é expulso, diante disso o concurso garante que o fiscal faça o trabalho e dê continuidade a ele, configurando um forte poder de polícia.

## **PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS PELOS DEBATEDORES**

- A falta de informação em relação às vantagens em se organizar para a gestão ambiental;
- Competência para fiscalizar o abate de animais;
- Mercados públicos reformados de acordo como a FPI;
- Município pode não licenciar, mas tem que fiscalizar;
- Formas adequadas de funcionamento do consórcio;
- Estruturar o sistema municipal (falhas do sistema = sem recursos ou equipamentos próprios para determinada função);
- Maus tratos de animais e falta de fiscalização/negligência dos órgãos públicos (conflitos de direito);
- Conflito de normas culturais e de direito/leis;
- Salários baixos em alguns municípios;
- Importância dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

## **PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS NO DEBATE PELA PLATEIA**

- Morte de capivaras por enforcamento em Neópolis, além de morte de jacarés por tiros;
- Fechamento dos matadouros de Penedo - Problema: matam os animais em outros locais, como embaixo das mangueiras;
- Dificuldade de realizar a fiscalização;
- Combate de maus tratos aos animais em eventos de cavalgadas;
- Criar normativa de cavalgadas (proteção animal);
- Falta de servidores concursados na secretaria.

## **AÇÕES SUGERIDAS PARA GESTORES**

- Levar as denúncias até o IBAMA (falta de fiscalização);
- Criar cooperativas para a questão dos matadouros;
- Datas fixas para reuniões dos Conselhos;
- Criar normas para a proteção animal em relação às cavalgadas.



## **AValiação E ENCERRAMENTO**

### **COORDENAÇÃO: Edneida Cavalcanti (FUNDAJ)**

**Beatriz Mesquita (FUNDAJ)** agradeceu ao IFAL, mencionou a equipe completa, citando todos, não somente os representantes que estão aqui presentes, mas também, a todos os colaboradores que estão em Recife-PE trabalhando em prol do evento, agradece aos alunos da professora Maira pela colaboração no evento. Agradeceu também ao público que permaneceu até o final, por permitir que fosse possível discutir sobre o projeto no local onde foi realizado. Solicitou participação na avaliação do evento, agradeceu a Simone Ferreira e a UPE pela disponibilidade para a pesquisa, a Pedro Lira pelo apoio técnico e apresentação, ao IBGE pelo apoio e divulgação de dados.

**Felipe Thiago (Diretor Geral do IFAL- Campus Penedo)** agradeceu a FUNDAJ e UPE pelo evento significativo, pela temática sobre governança ambiental, por toda troca realizada e também a importância da pesquisa de campo para os alunos, agradece presença dos gestores, dos alunos e da professora Maira que viabilizou com dedicação e competência a realização do evento no Campus, afirmou que desde o princípio da parceria deu todo apoio.

**Simone Teixeira (UPE)** falou em nome da UPE, afirmou ser muito gratificante a parceria com IFAL e FUNDAJ, agradeceu a acolhida, na pessoa do Thiago (Diretor Geral do IFAL- Campus Penedo) e Maira (IFAL), a “gurizada”, a toda a equipe que veio de Recife: Edneida, Verônica, Beatriz, Pedro, Wesley e os dois motoristas. Acredita que para todos os atores presentes foi gratificante a participação neste evento. Deu o informe de disponibilizar canais de comunicação, como e-mail para boletim final destinados aos municípios envolvidos na pesquisa. Apresentou mais detalhadamente a ideia do desenvolvimento de um boletim, com o intuito de que as pessoas se reconheçam como participantes do momento, destacou a dedicação dos alunos que estão desde integrante do ensino médio, até integrante da faculdade, ressaltou como isso é importante, pois eles serão os futuros atores, e explanou que acredita que logo mais teremos ações que vivem o bem-estar dos seres vivos e o futuro do planeta.

**Beatriz Mesquita (FUNDAJ)** informou que foram trazidos pela FUNDAJ exemplares de suas revistas, e solicitou para que a homenagem para Sr. Toinho permanecesse no Campus Penedo- IFAL nos corredores ou em algum lugar propício.

**Maira Egito (IFAL)** afirmou que gostaria de falar sobre a importância dessa conexão e homenagear os estudantes do IFAL que se dedicaram bastante nos dias do evento dando o apoio necessário, e assim, o fez.